



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

DANILO ANTÔNIO NASCIMENTO SANTOS

“AS ÁGUAS DE ASSUNÇÃO”: ENTRE A DEMASIA E O DÉFICIT

Campina Grande -PB

2015

DANILO ANTÔNIO NASCIMENTO SANTOS

“AS ÁGUAS DE ASSUNÇÃO”: ENTRE A DEMASIA E O DÉFICIT

Trabalho monográfico apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como exigência da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para obtenção do título de graduado em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho.

Campina Grande-PB

Novembro de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237a Santos, Danilo Antônio Nascimento.
“As águas de Assunção”: entre a demasia e o déficit / Danilo
Antônio Nascimento Santos. – Campina Grande, 2015.
57 f. il.

Monografia (Curso de Graduação em Geografia) –
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho".

Referências.

1. Áreas de Risco – Município de Assunção-PB. 2.
Inundações – Município de Assunção-PB. 3. Políticas Públicas –
Município de Assunção-PB. 4. Indústria da Seca – Município de
Assunção-PB. I. Carvalho, Luiz Eugênio Pereira. II. Título.

CDU 628.1.033(43)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - CGEO

BANCA EXAMINADORA DE: DANILO ANTÔNIO NASCIMENTO
SANTOS

TÍTULO: AS ÁGUAS DE ASSUNÇÃO-PB: ENTRE A DEMASIA E O
DÉFICIT

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MONOGRAFIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Curso de Licenciatura em Geografia

Campina Grande (PB), 19 de novembro de 2015.


Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCG) (Orientador)


Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo (UFCG) (examinador)


Prof. Dr. Livia Miranda (UFCG) (examinadora)

Universidade Federal de Campina Grande
Rua Aprígio Veloso, 882, Cidade Universitária
Campina Grande-PB, 58429-140. Bloco BC 2. Telef. da UAG: 83. 2101 - 1722

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as áreas de risco de inundação na cidade de Assunção-PB através de mapeamentos, e pautado desses mapeamentos discutir a importância da execução de políticas públicas voltada ao planejamento e gestão de uso e ocupação do solo urbano, como também apresentar o problema gerado pela falta de Água no município que ainda não possui rede de saneamento básico e de abastecimento. Baseado nesses dois extremos ao longo do trabalho é feita análises de como a falta de políticas públicas e ações governamentais geram esses problemas e como a população tem sofrido por falta de gestão dos recursos hídricos, sendo utilizada como produto, na indústria da seca. Através da análise de dados, visitas de campo foi possível mapear as áreas de inundações na área urbana, e entender como o déficit de planejamento urbano tem sido ao longo dos anos um dos principais motivadores desses problemas na cidade de Assunção-PB.

Palavras Chave: Áreas de risco, Inundações, Políticas Públicas, Indústria da Seca.

Abstract:

The present study aims at presenting, to map and argue about two environmental political problems in the city of Assunção-PB that, during the short rainy period, has been struggling with floods in two specific points of the city, and throughout the rest of year, the municipality faces serious problems related to the water supply. Based on these two extremes, we search here discuss how the lack of public policies and governmental actions originate these problems, and how the population has undergone for lack of water resources management, being used as product in industry of drought. In the process of elaborate this study, we seek to perform the mapping of areas of flooding in the urban area, bibliographic reviews, and a few field visits. And by conducting of these procedures can be stated that the lack of public policy has been, through the years, a leading producer of these problems in the city of Assunção-PB.

Keywords: Areas of risk; Floods; Public Policies; Industry drought.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização Geográfica Do Município De Assunção No Estado Da Paraíba.....	10
MAPA 2: Rodovias Paraibanas (Década De 1930-1940).....	15
MAPA 3: Rede Ferroviária Paraibana.....	16
MAPA 4: Localização Do Município De Assunção, Bacia E Sub Bacia Hidrográfica.....	24
..	
MAPA 5: Principais Linhas De Drenagem Da Cidade De Assunção-Pb.....	30
MAPA 6: Áreas De Inundações Do Município De Assunção-Pb.....	34
MAPA 7: Rede De Esgotamento Sanitário.....	51

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

IMAGENS 1 e 2: Área de Inundação (Centro da Cidade).....	31
IMAGENS 3 e 4: Área de Inundação (Bairro Joana Maria da Conceição) – Periferia.....	36
IMAGEM 5: Sistema de armazenamento e distribuição. (Zona urbana do município de Salgadinho-PB.....	47
IMAGEM 6: Sistema De Elevação E Distribuição. (Trecho Entre Os Municípios De Assunção-PB E Salgadinho-PB, Zona Rural.).....	48
IMAGEM 7: Chafariz.....	49
IMAGEM 8: Caixa D'água.....	50
FIGURA 1: Ciclo Hidrológico.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO E A PROMOÇÃO DOS RISCOS	3
1.1 O Espaço Geográfico e a Ação Humana	3
1.2 A Ação Humana e Planejamento das Cidades	5
2. ASSUNÇÃO	9
2.1 Apresentação da Cidade	9
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NATURAL	20
3. A DEMASIA – A AÇÃO HUMANA E OS RISCOS	25
3.1 A CIDADE DE ASSUNÇÃO-PB E OS RISCOS.....	28
4. O DÉFICIT – O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE ASSUNÇÃO.....	38
4.1 A VELHA HISTÓRIA OU A HISTÓRIA QUE É VELHA? A INDÚSTRIA DA SECA E O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	42
4.2 “NOVAS EMBALAGENS PARA ANTIGOS INTERESSES”: O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ASSUNÇÃO.....	45
4.3 “POVO MARCADO, POVO FELIZ” A POPULAÇÃO ASSUNÇÃOENSE E O ESTIGMA DA SECA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERENCIAS:	56

INTRODUÇÃO

O mundo tem passado por um intenso processo de urbanização, e esse processo começa a tomar notoriedade ainda no início do século XVIII nos países envolvidos nas revoluções industriais.

Já em países que se encontravam em desenvolvimento, esse processo iniciou-se um pouco mais tarde na década de 1950, através das atividades industriais que se expandiram por vários países atraindo cada vez mais pessoas para os centros urbanos.

No entanto, a urbanização acelerada sem planejamento tem como consequência problemas de ordem ambiental e social. O crescimento das cidades, provocado pelo acúmulo de pessoas e a falta de uma infraestrutura adequada, gera transtornos para a população urbana.

Porém, nas cidades interioranas, temos um processo de transformação do espaço mais desacelerado, as cidades apresentam uma configuração pouco diferente dos grandes centros, tais como João Pessoa, Recife, Campina Grande, no entanto estabelecem uma relação direta com esses centros urbanos. Essas ligações por muitas vezes acabam por reproduzir nessas pequenas cidades algumas práticas e problemas relacionados aos elementos naturais existentes nessas cidades

Na cidade de Assunção, no estado da Paraíba, podemos perceber que desde seu surgimento ainda na década de 1940, nunca houve uma preocupação em relação à produção do espaço e ao equilíbrio do funcionamento dos sistemas naturais. Alguns problemas começaram a surgir em decorrência da falta de planejamento nas intervenções realizadas, e nos últimos anos alguns problemas começaram a se agravar e outros a surgir de forma preocupante.

É necessário que entendamos que a falta de políticas públicas de controle do uso e ocupação do solo e a má gestão são os principais responsáveis para o surgimento desses problemas na cidade, desse modo objetivou-se nesse trabalho apresentar esses problemas, fazendo um apanhado de todo o contexto histórico o qual a cidade de Assunção encontra-se inserida. Discutir como as políticas públicas ou a falta delas e de como são responsáveis pela produção

desses problemas, e como a população sofre pela negligência política das gestões, em esfera, nacional, estadual e municipal.

Mapear essas áreas, através de bancos de dados com informações e georeferenciamento de cada um dos problemas apontados ilustrando o debate a cerca dos problemas ambientais na cidade de Assunção.

Sendo assim, este trabalho surge a partir da necessidade de se discutir como as políticas públicas, leis e gestão são importantes para a produção do bem estar social na cidade, e discutir como a falta dessas políticas produzem esses problemas dentro da cidade, questionando o papel das esferas governamentais como principais agentes de gestão na transformação dos espaços.

A estrutura desse trabalho está organizada em quatro capítulos, o primeiro: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO E A PROMOÇÃO DOS RISCOS faz uma reflexão teórica a cerca das transformações espaciais através da ótica miltoniana apresentando uma da discursão sobre o meio técnico-científico-informacional, e como os riscos surgem em meio a esse processo de produção do espaço geográfico.

O segundo capítulo: ASSUNÇÃO-PB E SUAS ESPECIFICIDADES, apresenta a área de concentração de realização desse trabalho, a cidade de Assunção-PB, em suas mais variadas especificidades desde a sua economia, infraestrutura, cultura, densidade demográfica até aos processos de transformações dos espaços naturais ao quais a cidade encontra-se inserida.

Já no terceiro capítulo: A DEMASIA – A AÇÃO HUMANA E OS RISCOS, buscou-se apresentar as áreas de risco de inundação da cidade de Assunção, causadas pelo déficit nas políticas de planejamento e uso de ocupação do solo, tecendo um paralelo com conceitos como os de risco, vulnerabilidade, e suscetibilidade que explicam de forma pontual a cerne desses problemas de cunho político ambiental.

E por fim, o quarto capítulo: O DÉFICIT – O PROBLEMA DO ABASTACIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE ASSUNÇÃO, fazendo discussão sobre o problema ligados ao abastecimento de água no semiárido paraibano chegando até a cidade de Assunção, apresentando as alternativas utilizadas pela população para conviver com a problemática da estiagem.

1. TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO E A PROMOÇÃO DOS RISCOS

1.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A AÇÃO HUMANA

A história da humanidade esta marcada por transformações, essas transformações ocorreram em determinados momentos da história modificando os espaços em primeiro momento, em nome da sobrevivência da espécie e posteriormente em nome do capital.

Podemos afirmar que as histórias das relações entre as sociedades e a natureza nos lugares habitados advêm da transformação dos espaços naturais em espaços cada vez mais artificializados. (SANTOS, 1999. P. 186). Nessa perspectiva podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas distintas, o meio natural, o meio técnico, e o meio técnico-científico-informacional.

Sob essa lógica, o meio natural dentro da história do próprio meio geográfico caracteriza-se quando o homem vivia na natureza utilizando-se dela apenas para suprir suas necessidades principais. Segundo Santos (1999, p. 187):

“Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares, e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.”

Ou seja, de forma geral o meio natural era utilizado pelo homem sem grandes transformações, apenas para sua subsistência, retirando apenas o necessário para o mantimento desses grupos.

Porém o fator modificador e produtor de seus próprios espaços é uma característica inerente à espécie humana, um traçado cultural, sendo que as técnicas e o trabalho se correlacionavam, como fatores inerentes a própria natureza. (SANTOS, 1999. p. 188).

Sendo assim, podemos afirmar que as pequenas transformações feitas pelo homem no espaço já eram técnicas, pois a medida que o homem avança no espaço e aprimora suas práticas espaciais, aperfeiçoam assim as suas técnicas de produção e transformação.

Esse processo acontece em um momento de extrema importância para o homem, pois ao modificar os espaços, domesticar as plantas e animais, algumas

técnicas como o fogo e o cultivo, o homem passa a ser o ator produtor da natureza impondo-lhe leis. E a isso também podemos considerar como técnica. (SANTOS, 1999. P. 188).

É importante entender que essas práticas, devem ser reconhecidas com fator natural e cultural do homem, as motivações desse processo de produção do espaço geográfico eram locais, para Santos (1999, p.188):

“As motivações de seu uso, eram, sobretudo locais, ainda que o papel do intercambio nas determinações sociais pudessem ser crescentes. Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo criadora das técnicas utilizadas, comandantes dos tempos sociais, e dos limites de sua utilização.”

Desse modo, é possível afirmar que, havia uma relação de coexistência entre o homem e o meio natural, que para Santos (1999, p.188) havia “Sistemas técnicos sem objetos técnicos, não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstruir”.

Durante esse momento na história do homem, o mesmo encontrava-se no papel de ator do espaço geográfico, porém, vivendo em harmonia com o meio natural. Mas a partir de um dado momento, o homem para de utilizar a natureza como apenas fonte de subsistência e passa a utilizá-la como fórmula de acúmulo de capital. Ou seja, ele começa a produzir além do que consegue consumir, e utiliza dessa sobra na produção para realizar trocas com outros grupos sociais, surgindo assim os primeiros modelos capitalistas.

Sendo que através transição temporal na história dos espaços geográficos, começamos a vislumbrar o meio técnico que vê a emergência do espaço mecanizado. Sendo que os objetos que agora constituem o meio não aparecem apenas como objetos culturais, e sim como culturais e técnicos coexistindo ao mesmo tempo (SANTOS, 1999.p. 189).

Nesse exato momento os objetos técnicos sobrepõem-se aos objetos naturais, o homem agora passa a utilizar os meios naturais, sobrepondo a eles suas técnicas, produzindo cidades, cada vez mais tecnicistas, voltadas ao acúmulo de capital, e a velha ordem preexistente de convivência das sociedades junto à natureza passam a ser deixadas de lado. Santos (1999, p. 189) explica que:

“Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor os tempos naturais.”

Sob essa afirmação, percebemos que nesse exato momento o homem começa a ferir o equilíbrio entre os espaços naturais e os espaços geográficos havendo uma superposição do home sobre os meios naturais. Esse desequilíbrio podemos perceber nos períodos das revoluções industriais, no desenvolvimento do capital, junto ao processo de inchaço dos grandes centros urbanos, onde as técnicas multiplicaram-se de formas extremamente rápidas, iniciando assim alguns problemas dentro e fora desses espaços urbanos.

Porém, a ideia de crescimento e evolução técnica para Santos (1999, p. 189):

“O fenômeno, porém, era limitado. Eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se. E, mesmo nestes poucos, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos, de modo que tanto os seus efetivos estavam longe de ser generalizados, como a visão desses era, igualmente, limitada.”

Ou seja, que por mais que o homem tivesse desenvolvido as suas técnicas produzindo e alterando os espaços, esses processos ainda não eram globais, e só passam a ser globais, após a chegada do meio técnico-científico-informacional. A alteração foi contundente nos modelos econômicos, políticos e culturais existentes, e essas modificações influenciaram de forma significativa na forma com que o homem produzia esses espaços gerando vários problemas urbanos em nome do falso progresso, em nome do capital.

1.2 A AÇÃO HUMANA E PLANEJAMENTO DAS CIDADES

As ações humanas no espaço natural explicam a forma com que o homem materializa nesses espaços os seus sentimentos, vivências, credos, mitos, etc. Ou seja, tudo aquilo que é inerente ao ser humano como fator cultural. Para Corrêa e Rosendahl (2011, p.13):

“Genericamente a cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem não somente em família, como também por

fazer parte de uma sociedade como membro dela que é.”

Seguindo essa lógica, podemos afirmar que todo processo de produção do espaço geográfico, antes de qualquer coisa, deve ser entendido como um processo cultural.

O homem ao longo do tempo tem produzido seus espaços e alterando os espaços naturais ao seu modo, e esse processo de transformação e produção dos meios naturais em meios artificializados, tem trazidos sérias consequências para a natureza e para o homem.

Os espaços de coexistência entre o homem e o meio natural, começam a entrar em colapso ao momento em que os modos de produção começam a se sobressair, onde o acúmulo de capital e vitalidade desses modos de produção começam a ditar a forma com que o homem se utiliza dos recursos naturais.

Para suprir as necessidades de mercado e do capital, como passar dos anos o homem tem utilizado os recursos naturais de forma exacerbada sem um devido planejamento, e essa má gestão dos recursos naturais tem interferido na qualidade de vida de vários grupos sociais, principalmente os que vivem as margens da sociedade pós-moderna. Porém, esse processo tem início ainda no final da segunda guerra mundial, nos anos 1970 com o surgimento do meio técnico-científico, que se distingue dos períodos anteriores pelo fato de haver uma profunda interação entre a ciência e a técnica. (SANTOS, 1999. P.190).

Nesse momento, a união entre a técnica e a ciência vai aparece de forma efetiva aos mercados, Santos (1999, p. 190) explica que: “O mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. A ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente.” Ou seja, nesse momento, os mercados começam a atuar de forma mais efetiva, tendo como principal característica os avanços tecnológicos, sendo que, nesse período, os objetos técnicos e científicos tem a predisposição de ao mesmo tempo em que são técnicos passam a serem também informacionais. Santos (1999, p. 190).

Segundo o geógrafo Milton Santos, quando nos referimos as manifestações geográficas em relação aos novos progressos, não os vemos mais como sendo apenas técnicos, e sim progressos referentes ao meio técnico-científico-informacional.

Desse modo, Santos (1999, p. 191) explica que:

“os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura, e da política e são incorporados plenamente em novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara da globalização.”

Sendo assim, os novos modos de produção inerentes ao meio técnico-científico-informacional, materializa-se no espaço sob a forma do caráter unânime, interligando os mercados, criando e recriando espaços, e dando características peculiares aos grandes, médios, e pequenos centros urbanos. Partindo dessa ideia, podemos perceber como o homem através do tempo tem aprimorado suas técnicas e transformado os espaços naturais, porém, através desse crescimento exagerado. O homem tem negligenciado os elementos naturais principalmente nos grandes centros urbanos, e grandes problemas de cunho socioambientais tem surgido.

A falta de planejamento ou o planejamento feito apenas em benefício de minorias detentoras de capital tem sido um dos principais agravantes para os problemas ambientais ligados ao planejamento das cidades.

A forma com que o homem tem ocupado os grandes centros é um problema que tem acontecido desde as grandes revoluções industriais, o advento do capitalismo foi um dos principais responsáveis pelo inchaço das cidades. Tendo como principal consequência, as desigualdades sociais. É necessário que entendamos que no mau planejamento ou na falta dele, os problemas que se materializam na cidade não são apenas estruturais, e sim econômicos, sociais, políticos, culturais e etc.

As cidades como um todo, independente de seu porte apresentam grandes problemas relacionados às suas estruturas físicas, quanto sociais, e esse fato nos mostra que os modelos de produção capitalistas estão tão fortemente ligados as formas com que o homem produz esses espaços pautado apenas e critérios econômicos para o fortalecimento de pequenos grupos socioeconômicos.

A má distribuição de renda dentro desses centros, a falta de saneamento básico, os problemas relacionados ao abastecimento de água, são fatores agravantes para a maioria dos problemas relacionados ao meio ambiente urbano.

Através dessas afirmações, podemos perceber que a falta de planejamento urbano tem um forte papel na produção do bem estar social e ambiental dentro e fora das cidades. Porém, o fator capital é quem determina que tipo de planejamento aconteça dentro dos centros urbanos, sendo necessário atentarmos para a convivência do poder público com esse sistema.

Hoje ao lançarmos um olhar mais profundo sobre as cidades podemos perceber a coexistência de duas cidades em uma só. Uma cidade capital, feita e gerida em nome do enriquecimento de pequenos grupos, e outra cidade feita com o que sobra disso.

Dentre essas e tantas outras afirmações é necessário que atentemos para a seguinte questão, existe planejamento urbano hoje em nossas cidades? Claro que existe, o fato que devemos atentar é que por quem? Ou para quem? É feito esse planejamento.

Um shopping construído em uma área de mangue, um viaduto que não serve de acesso a ninguém, um prédio construído em cima da calha de um rio urbano, e tantos outros exemplos, a um olhar grosseiro podemos afirmar que o planejamento urbano passou longe de acontecer.

Porém, ao analisarmos a fundo cada um desses exemplos, podemos perceber que uma pequena parcela burguesa da sociedade é beneficiada, o shopping vai trazer a ideia de “espaço público” à sociedade, no entanto é privado, enchendo os bolsos de empreiteiras durante as construções, a redes e lojas, a políticos. O viaduto que sempre vislumbramos vazio de carros interligam os bairros mais ricos da cidade ao centro. O prédio vai movimentar a economia de seus investidores, e a maior parte da sociedade vai sofrer amargamente pela “falta do planejamento”

Sendo assim, percebemos que para a manutenção e sobrevivência saudável das cidades o planejamento torna-se indispensável quando feito visando bem comum, e não uma pequena parte da sociedade.

O planejamento urbano quando feito e respeitado de forma efetiva pode sim mudar realidades, trazer qualidade de vida as mais baixas camadas sociais e recuperar os elementos naturais que encontram-se nas cidades, fazendo com que mesmo que de forma ínfima possamos resgatar um pouco da antiga relação do homem na sociedade convivendo com os elementos naturais sem os destruir.

2. ASSUNÇÃO

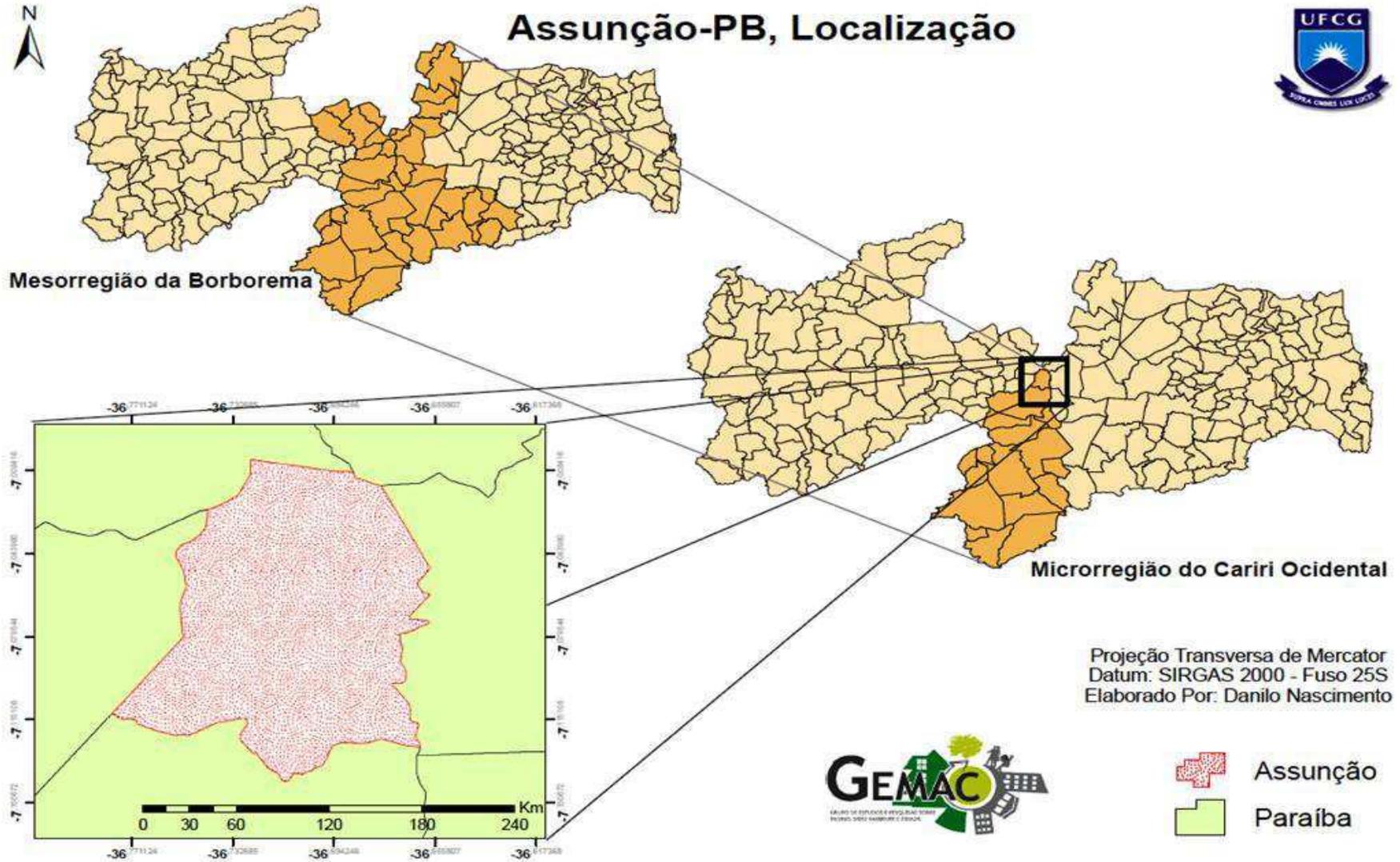
2.1 APRESENTAÇÃO DA CIDADE

Assunção encontra-se localizada no Nordeste brasileiro na porção central do estado da Paraíba, inserida na mesorregião da Borborema e na microrregião do Cariri Ocidental (**Mapa 01**), situada a 206 km da capital do estado da Paraíba, João Pessoa.

Está inserida na bacia hidrográfica do rio Paraíba localizada na região do semiárido, tem uma área que corresponde a 126, 427 km² representando 0.224% do estado da Paraíba, na intercessão das coordenadas geográficas de 7°02'54" Latitude S e 36°43'29" Longitude W, e sua sede encontra-se a 574 metro de altitude. (IBGE 2010).

O município limita-se a norte com os municípios de Tenório e Junco do Seridó, a leste com Juazeirinho a oeste com Salgadinho e a sul com Taperoá, encontra-se nas imediações da BR 230, rodovia que corta grande parte do território paraibano no sentido leste – oeste, e localiza-se na rodovia estadual PB-228 em um trecho de 8 km da principal rodovia do estado.

Mapa 01: Localização geográfica do município de Assunção no Estado da Paraíba.



VOLTANDO NO TEMPO

O surgimento da cidade de Assunção se deu por meio de um entroncamento de estradas que ligavam as cidades de Taperoá e Salgadinho a cidade de Patos no sertão paraibano. Seus primeiros habitantes e modeladores do primeiro espaço urbano foram os Senhores José Pedro Diniz e Pio Salvador de Maria.

É válido ressaltar que a cidade de Assunção surge de forma controversa à realidade da época, enquanto a maioria das cidades dos cariris velhos nascia a partir das fazendas de gado e da pecuária, o povoado surge através do comércio tendo como ponto inicial uma pequena latada que servia de parada aos transeuntes que por ali passavam. (SANTOS 2013).

O primeiro nome dado ao povoado foi “Estaca Zero” nome esse que fazia alusão ao serviço topográfico que fixou a esse entroncamento uma placa que demarcava o ponto de encontro das estradas em seu período de construção. Com o passar dos anos Estaca Zero elevou-se ao nível de distrito pertencendo parte a Taperoá e outra parte ao território de Juazeirinho. (SANTOS 2013).

E em 1964, Estaca Zero chegou pela primeira vez a elevar-se ao nível de cidade e por desavenças e interesses de políticos da época voltou a ser distrito mais uma vez em 1965, perdendo seu título de cidade, voltando mais uma vez a pertencer às cidades de Juazeirinho e Taperoá.

Desse modo, alguns fatores deram início ao processo de transformação dos espaços naturais, um desses mecanismos nos surge ainda no início da década de 1930 com a construção de estradas¹ que vinham do litoral, passavam pelo Cariri chegando ao sertão interligando as mesorregiões paraibanas aumentando o fluxo comercial entre essas cidades.

As aberturas dessas estradas correspondiam à espinha dorsal do semiárido paraibano, o governo na época utilizou rotas comerciais já conhecidas por muitos na região por terem sido feitas ainda no início da ocupação portuguesa no Brasil, sendo de conhecimento indígena, e na década de 1920 utilizada pelos tropeiros da Borborema, que percorriam essas estradas para a

¹ É válido ressaltar que nesse recorte temporal, essas rodovias não eram pavimentadas, sendo de barro batido, dificultando o acesso as mesorregiões interioranas da Paraíba.

primeiro momento se deslocarem com o gado, e em segundo momento apenas com a carne de sol e outras especiarias.

Fenômeno esse que em 1960, a professora Rachel Caldas Lins traz em sua obra: “**Cidade Gasolina**”, apresentando a importância da abertura de estradas interligando os cariris velhos no processo de desenvolvimento dos primeiros povoados interioranos e sua relação em rede com os principais centros urbanos da época.

Esse processo foi responsável pelos primeiros aglomerados urbanos na porção do cariri paraibano, o posicionamento geográfico do cariri era totalmente favorável, pois servia de ponto de encontro aos viajantes que se deslocavam do sertão ao agreste e litoral e vice versa.

Durante esse momento, podemos perceber como o comércio tem uma profunda relação com o surgimento e desenvolvimento das cidades na Paraíba, Diniz (2011 p.20) explica que:

O comércio, dessa forma, a partir do capitalismo, enquanto atividade econômica urbana impulsionou o crescimento das cidades, estendendo o processo de urbanização a nível mundial e transformando as cidades em lugares de extrema importância econômica.

Nesse contexto, não podemos cometer o erro de falar em transformações e evolução dos espaços paraibanos sem passar por seus aspectos naturais, políticos e econômicos. Sobre hipótese alguma não podemos esquecer de relacionar a evolução e surgimento de várias cidades no cariri paraibano sem citar a centralidade e influência de Campina Grande-PB, em escala regional, Diniz (2011 p. 22-23) nos traz essa ideia afirmando que:

A abertura de longos caminhos cortando o vasto interior das regiões brasileiras deu origem na sua margem a vários núcleos de povoamento. Campina Grande corresponde a um desses inúmeros povoados que nasceram e consolidaram a conquista dos sertões (...) A origem de Campina Grande está intimamente imbricada com o desenvolvimento da feira de gado e de cereais como era conhecida pelos comerciantes da região.

Sendo assim podemos perceber como os espaços passam por processos que os modificam de forma significativa, e vários elementos surgem com

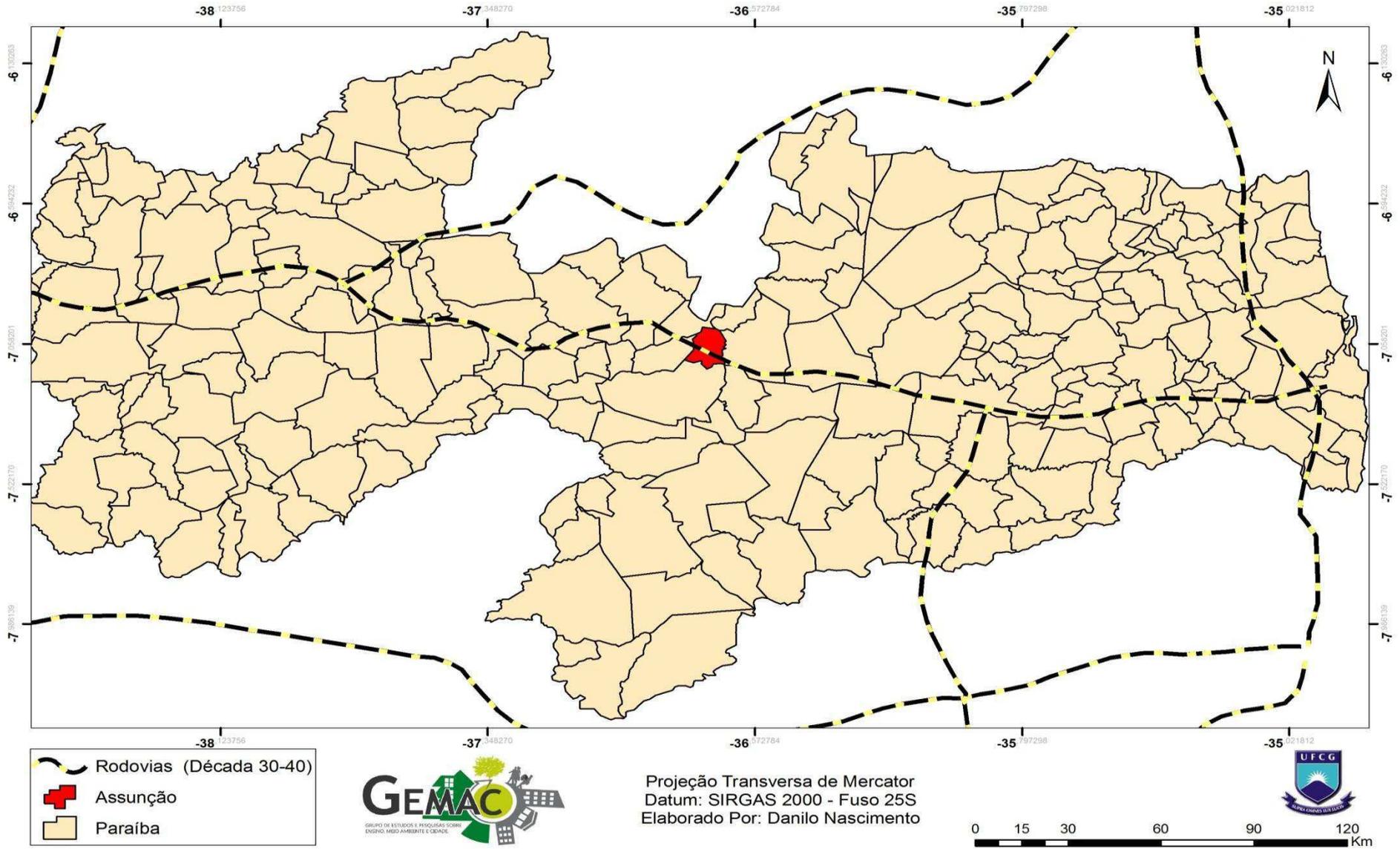
características próprias materializando-as no espaço dando suas características, tornando-o mais complexo.

Sob essas afirmações e retrospectiva histórica, a cidade de Assunção-PB, objeto desse estudo, é produto desses processos formadores e articuladores dos espaços, convertendo-os de espaços naturais a espaços geográficos através da ação antrópica. Ainda no início da década de 1940 tem seu surgimento intimamente ligado ao fluxo de rotas comerciais advinda do sertão paraibano. **Mapa 03²**.

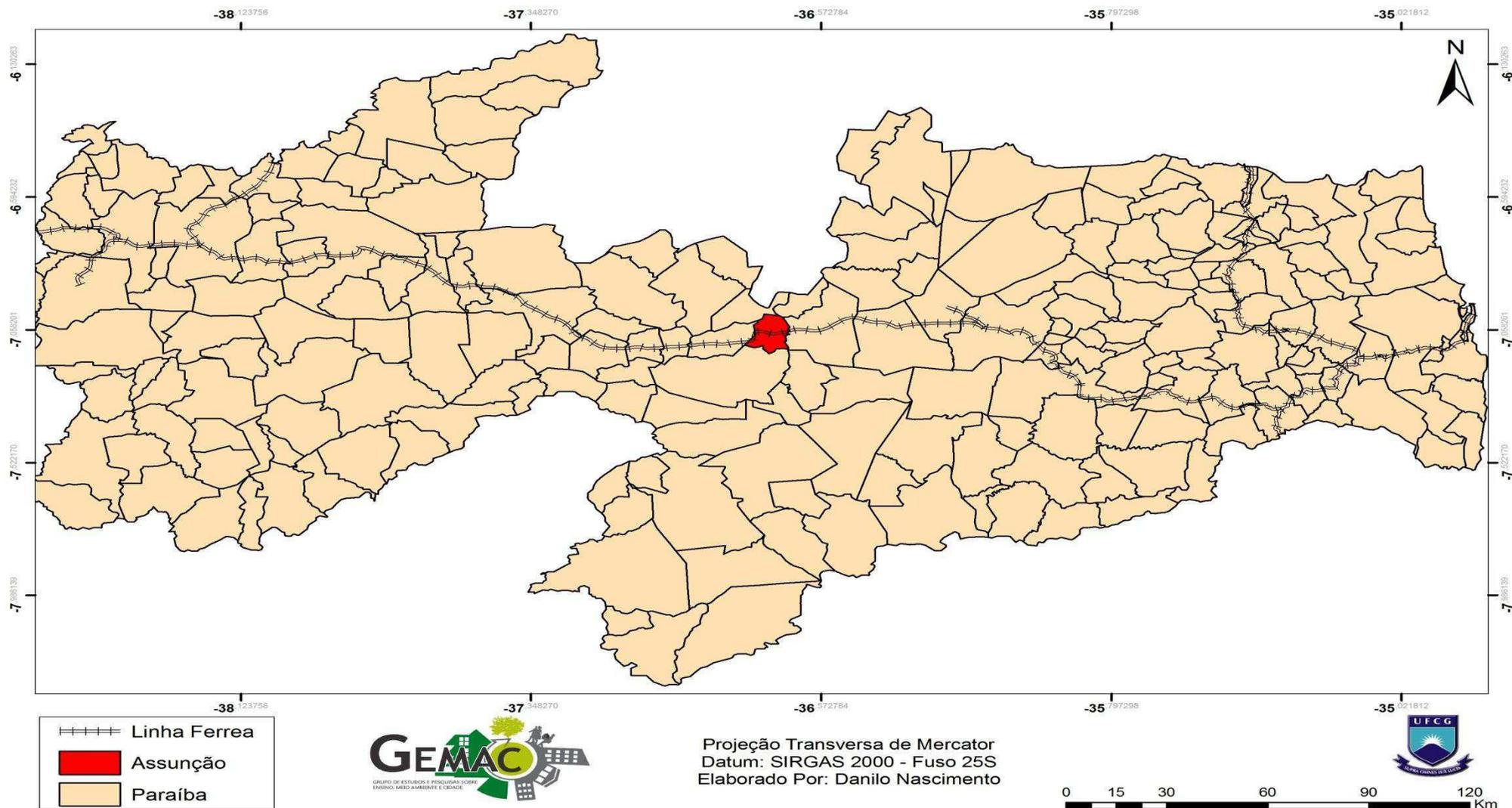
Outro fator que teve uma importância fundamental no processo de transformação dos espaços no interior nordestino é a chegada do trem na Paraíba **Mapa 04**, que em seu pleno funcionamento cortava o estado de ponta a ponta, passando pelos principais centros comerciais da época, trazendo especiarias como: o algodão, a carne de sol, o açúcar, para Campina Grande-PB, que seguia para o litoral e logo após para os portos e pra algumas cidades no interior baiano, exemplo a cidade de Delmiro Gouveia. (AZEVEDO, 2011).

² Para a elaboração desse mapa, foi utilizado o programa ArqGis 9.3. E por falta de shapefiles, foi feita uma pesquisa no site do DNIT onde conseguimos material suficiente para elaboração dessas informações.

Mapa 02: Rodovias Paraibanas (Década de 1930-1940)



MAPA 3: Rede Ferroviária Paraibana



A cidade surge de forma peculiar as demais cidades do cariri paraibano, que tinham uma forte relação de surgimento ligada a pontos de encontros de romarias, missas, festividades fazendas de gado, etc. E Assunção surge em um enclave no meio da caatinga as margens de um entroncamento de estradas, através desse entroncamento surge um pequeno comércio que seria o início de uma pequena vila e anos mais tarde receberia o título de cidade (SANTOS 2013, p.233).

No processo de metamorfose espacial pudemos perceber a influência de vários mecanismos que de forma conjunta em cada momento ao longo da história contribuiu de forma significativa para o que as cidades surgissem. Nessa lógica, o homem tem em si o fator transformador, apoderando-se dos espaços e os transformado, materializando no espaço suas características, sentimentos, medos, enfim, sua cultura (TUAN, 1980).

E nesse processo de culturalização espacial, ou produção espacial, vemos que juntos a processos de formação das cidades vários problemas surgem, e foco principal é discutir de que forma esses problemas de cunho político-ambiental, materializam-se no espaço, e discutir o papel de cada um como agente produtor e modificador desses das cidades, em específico, Assunção-PB. E após 30 longos anos o distrito de Estaca Zero chega a sua segunda e definitiva emancipação política elevando-se a categoria de cidade com a denominação de Assunção³, sob a lei estadual nº5.895, de 29 de Abril de 1994, sendo assim definitivamente desmembrada dos municípios de Juazeirinho e Taperoá.

ASSUNÇÃO E SUA ECONOMIA

A estrutura econômica do município de Assunção está fortemente ligada aos mecanismos comerciais e dinâmicas culturais que influenciaram a sua fundação, concentrando-se nos setores primários, através da pecuária e agricultura de subsistência.

³ Após uma visita do frade italiano Frei Damião (1898-1997) ao distrito de Estaca Zero, de acordo com preceitos religiosos escolheu por bem ter como padroeira da antiga Estaca Zero a “Nossa Senhora da Assunção” e sabendo do cenário político que se desenhava no distrito o mesmo afirmou que por inspiração divina o nome da futura cidade deveria ser “Assunção” fazendo alusão ao nome da padroeira local.

Na agricultura destacam-se as culturas de: Milho, feijão, mandioca, caju, manga e pinha (Fruta do conde). A grande maioria desses produtos é comercializada na feira local, suprindo as necessidades apenas do município. A pecuária dispõe de criações de bovinos e caprinos, e em menores proporções a ovinocultura e avicultura, tendo a criação de galináceas um maior destaque.

O comércio local como representante do setor terciário tem menor representatividade na conjuntura econômica do município. Um dos grandes problemas enfrentados no município é a falta de opções de emprego, que faz com que grande parte da juventude migre para outras cidades em busca de melhores condições financeiras.

O município não dispõe de indústrias que subsidiem a economia proporcionando o acúmulo de capital e na produção de empregos e renda, dando então a cidade uma dinâmica rural às suas relações econômicas.

DINÂMICA POPULACIONAL E URBANA

Segundo dados coletados no último levantamento quantitativo populacional em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município de Assunção possui uma população de 3.552 habitantes, dos quais 2.846 residem no perímetro urbano e 676 na zona rural, dividindo-se em 1.779 homens e 1.743 mulheres. A última estimativa de crescimento populacional feita pelo IBGE para o ano de 2014 indicava uma população de 3.787 habitantes, e o gentílico é assunçãoense (IBGE 2010).

O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.61, segundo consta no Atlas de desenvolvimento humano – PNUD (2000). Não podemos falar do IDH local sem levar em consideração um fator importante, o Êxodo Rural, que na cidade de Assunção é especificamente mais comum entre os jovens do sexo masculino sendo que a falta de emprego na região inevitavelmente direciona os jovens a buscarem empregos migrando para outros municípios. Ainda de acordo com os dados do IBGE de 2010 a taxa de mortalidade local é consideravelmente mais acentuada entre o sexo masculino.

A cidade de Assunção foi emancipada em 29 de abril de 1994 sob a lei N° 5.895 e com o passar dos anos desenvolveu-se e atrelados a esse crescimento problemas de cunho social e urbanísticos passaram a ser mais recorrente nos

últimos anos, induzindo ao governo local criar mecanismos como instituições públicas municipais para prestar certos serviços à comunidade.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NATURAL

Toda cidade é marcada por suas transformações ao longo do tempo, porém existem alguns fatos que sempre deixamos de levar em conta ao ampliarmos os debates sobre os espaços urbanos, um desses fatos são as questões naturais e como o homem transforma esses espaços ao ato de recriar lugares ao produzir suas cidades, povoados, vilarejos, etc.

Devemos entender que antes de qualquer coisa, o ato de se transformar e apropriar-se desses espaços, antropologicamente falando, corresponde a um fator cultural humano, o homem apodera-se desses espaços naturais, utilizam os recursos disponíveis e produzem novos espaços. Diniz (2011, p.13) afirma que:

“O espaço geográfico, produto da ação humana sobre o meio natural, realizou desde os primórdios da humanidade, quando o homem, organizados em sociedade, começou a se apropriar dos elementos (objetos) da natureza, transformando-os de acordo com suas necessidades. Esse processo de culturalização da natureza deu-se a partir da evolução das técnicas utilizadas pelos homens sobre o seu meio, o qual, ao longo dos séculos, tornou-se mais humanizado a moldá-lo, tornando-o mais artificializado e complexo.”

Na cidade de Assunção, não acontece diferente, para entendermos esses processos de transformações nos espaços naturais locais, vamos aqui entender os processos que foram de fundamental importância para termos a configuração atual de cidade que vão desde a suas características naturais, até o processo de produção e afirmação do espaço.

METARMORFOSES ESPACIAIS

O sítio urbano o qual seria palco para o surgimento da cidade de Assunção, não diferente de algumas cidades do Cariri Paraibano, está localizado sobre o planalto da Borborema, compreendendo a unidade

geomorfológica do maciço da Borborema, com um relevo geralmente movimentado, com pequenos vales estreitos dissecados.

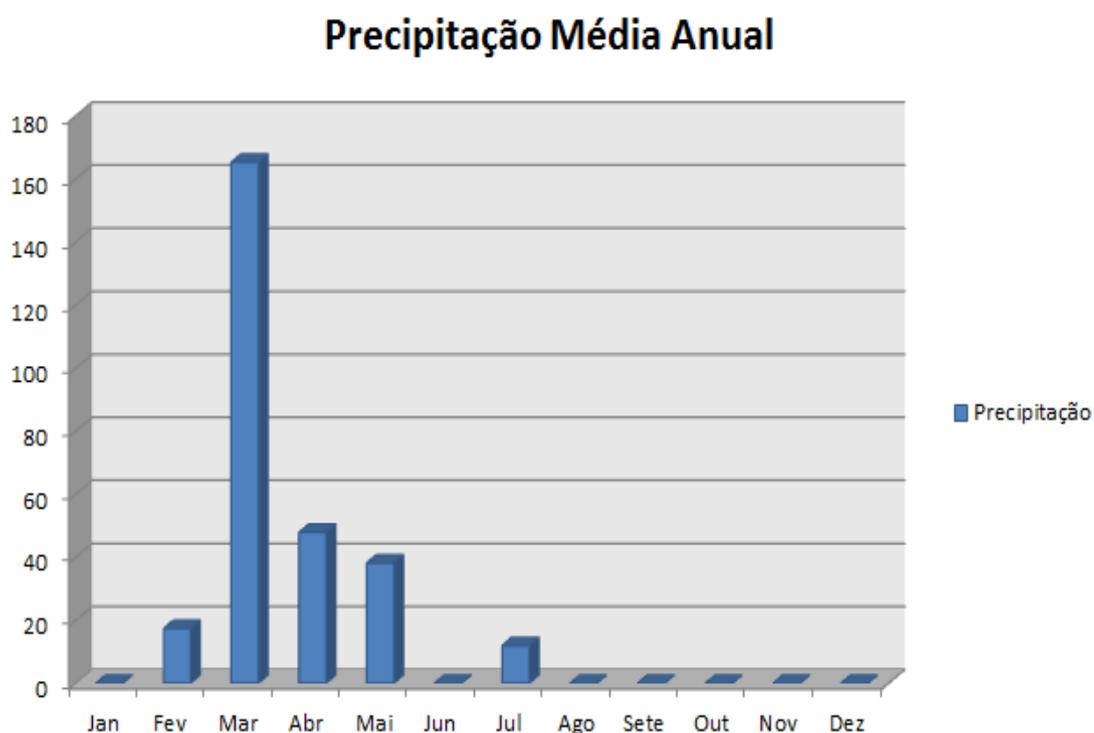
A topografia local não apresenta acidentes geográficos de grande magnitude, e a unidade geomorfológica do maciço da Borborema, onde está inserida, torna-se um importante distribuidor de águas, tendo orientação no sentido Leste-Oeste, avultando-se desde Alagoas ao Rio Grande Do Norte. (CPRM, 2005).

Assunção encontra-se inserida na área de abrangência do semiárido brasileiro. O clima do município de Assunção de acordo com a classificação climática de Koppen (1956) é do tipo BSh, quente e seco, representando-se como clima semiárido, tendo chuvas de verão e alta periodicidade de estiagem, tendo por volta de oito a onze meses de escassez pluviométrica. (CPRM, 2005).

Anualmente, a precipitação média é de 522mm, 81% acontecem entre os meses de fevereiro, março, abril, maio e agosto (**Gráfico 1**)⁴, chegando aos níveis mais baixos de precipitações em todo estado paraibano, a oscilação da temperatura é em torno de 20º e 38º e a média encontra-se sob a ordem de 25º, no período diurno, apresenta-se invariavelmente quente e no período noturnos as temperatura são amenas. (CPRM, 2005).

4 Para a elaboração desse climograma foram utilizados abaixo dados Climatológicos mensais e anuais de vários postos do estado da Paraíba, os quais representam médias de, no mínimo, trinta anos de dados e foram obtidos através da publicação SUDENE - Dados Pluviométricos do Nordeste - Série Pluviometria 5, Recife, 1990.

Gráfico 1: Precipitação Média Anual do Município de Assunção Entre os períodos de 1998 a 2015.



Fonte: www.aesa.gov.com.br

Inserida na área de abrangência do semiárido brasileiro no início da década de 1930, a região em que foi construída Assunção apresentava uma variação massiva de vegetação característica das regiões secas do domínio da caatinga. Hoje com a ocupação local e a degradação das áreas de vegetação nativa, o município apresenta um quadro de perda muito grande de suas espécies.

Antes do surgimento de Assunção, por aquele local, encontrava-se na maioria das vezes, um extrato quase que contínuo de espécies hiperxerófilas do Seridó, tais como:

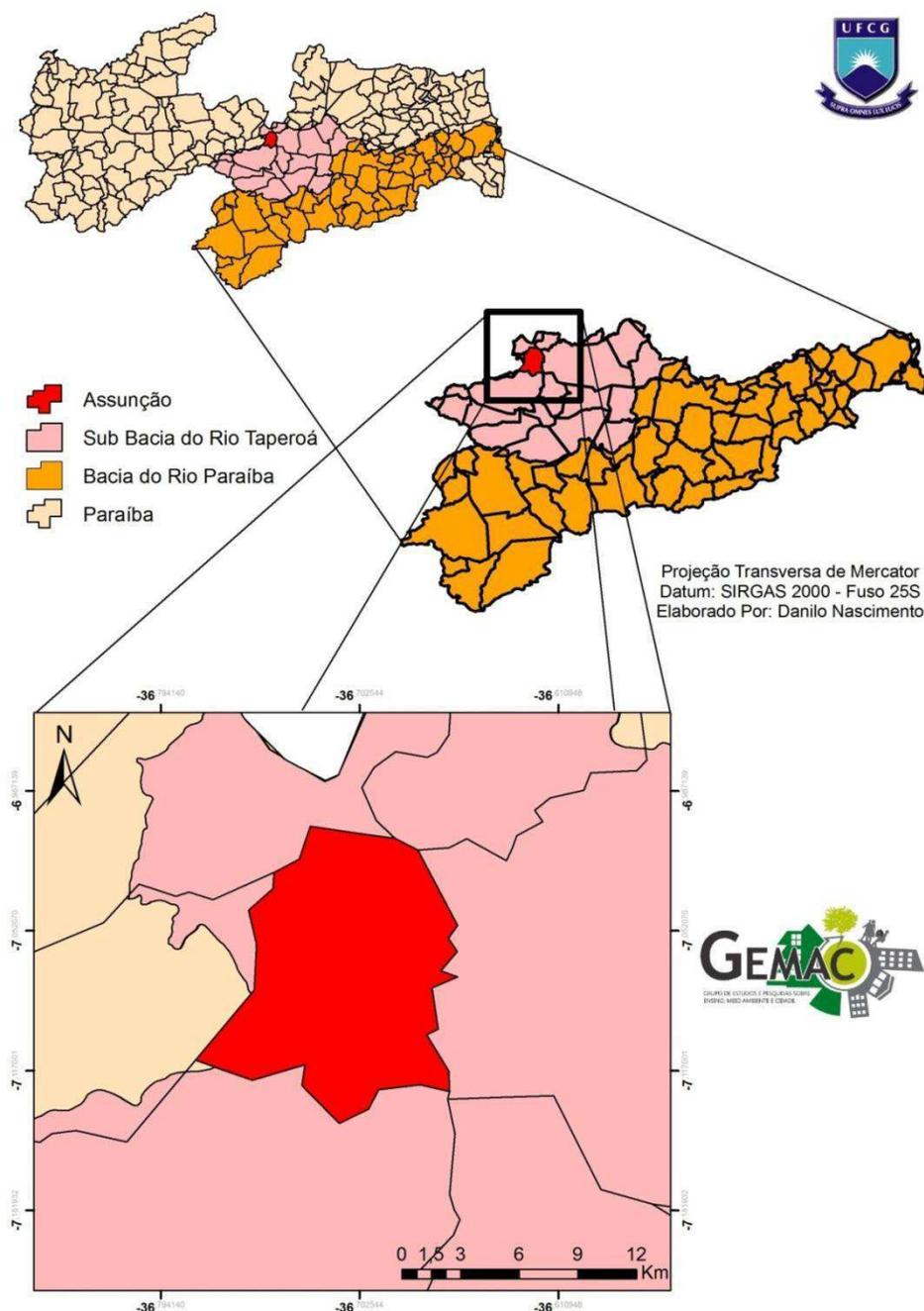
- Mandacaru (*Cereus giganteus* D.C – Família Cactaceae);
- Xiquexique (*Pilosocereus gounellei* Weber – Família Cactaceae);
- Facheiro (*Cereus Squamosus* Gurke – Família Cactaceae);
- Jurema Branca (*Piptadenia* Stipulaceae (Benth) Ducke. – Família Mimosaceae);

- Jurema Preta (*Mimosa Tenuiflora* (Willd.) Poiret. – Família Mimosaceae);
- Catingueira (*Poincianella Poycianella* (Tul.) L. P. Queiros. – Família Caesalpiniaceae);
- Macambira (*Bromélia Laciniosa* (Mart.) Ex. Schult. – Família Bromeliaceae);

Em grande parte do município podemos perceber vegetações de porte arbustivo, sendo notório a marcante interferência antrópica desfigurando a paisagem vegetacional local.

Outro fator natural a se observar corresponde as águas e seus caminhos no município, desde antes do surgimento da cidade, o local já encontrava-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, localizado mais precisamente na sub bacia do Rio Taperoá quem tem importância fundamental no surgimento de várias cidades ao longo de seu curso.

MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO, BACIA E SUB BACIA HIDROGRÁFICA



Por encontrar-se no polígono da seca, os rios que fazem parte dessa sub bacia são todos temporários e a ação humana produzindo e modificando o espaço conduziu o processo de formação da cidade sem levar em conta a

periodicidade desses rios, trazendo assim problemas recorrentes em algumas épocas do ano.

3. A DEMASIA – A AÇÃO HUMANA E OS RISCOS

Nas últimas décadas, o nosso país tem vivido grandes reformulações estruturais em nome do crescimento econômico, mas especificamente entre as décadas de 1940 e 1980. E esse crescimento, de forma significativa, tem trazido consigo o aumento das desigualdades sociais que já preexistiam.

O desenvolvimento dos centros urbanos em decorrência desse fenômeno desencadearam processos de ocupações espaciais desordenados, interferindo nos sistemas naturais já existentes.

Essas interferências culminaram em desastres de cunho ambiental criando problemas as populações mais pobres que vivem em situações de vulnerabilidade.

É de fato extremamente comum que a forma dessas ocorrências de desastres naturais ou induzidos, sejam classificados como risco ou perigo, porém, esses conceitos são diferentes, e geralmente empregados de forma errônea. Existe uma dificuldade conceitual na leitura técnica referente a esses dois termos. (CARVALHO, 2011, p.16).

Para Cavalcanti (2012) o *risco* configura-se devido ao grau de dano ou prejuízo causado as pessoas ou bens, devido à ocorrência de perigo. Sendo que para a mesma autora, o *perigo* configura-se como sendo o evento físico que venha a provocar algum dano.

O que podemos perceber diante dessa discussão levantada por Cavalcanti (2012) é que de forma contundente, esses dois conceitos se correlacionam, é necessário que se que para que possamos trabalhar com o conceito de risco, façamos outras análises.

A possibilidade de ocorrência do perigo deve ser entendido como *suscetibilidade* e quando grupos sociais mais expostos aos prejuízos causados os denominamos de *vulnerabilidade*. (CAVALCANTI, 2012).

É válido salientar que a análise de suscetibilidade é atribuída aos estudos voltados à geomorfologia, enquanto o conceito de vulnerabilidade é mais discutido principalmente pelas ciências humanas (CARVALHO, 2011).

Sob essa ótica, a vulnerabilidade deve ser entendida primordialmente como fenômeno social, que corresponde nas formas de organização para se trabalhar com o perigo, tendo assim um contexto totalmente político atrelado a ela.

Sendo que dentro do contexto de vulnerabilidade materializa-se na sociedade de forma totalmente desproporcional, estabelecendo uma ponte direta com as desigualdades sociais, mostrando que a forma de política pública e organização dos grupos sociais na cidade expõem ou não esses grupos as condições mais ou menos acentuadas de vulnerabilidade.

Desse modo, o planejamento urbano deve ser levado em consideração, para que haja possibilidade de se reduzir e conviver com esses problemas ambientais dentro das cidades. Sendo necessário que os debates sejam elevados nos sentido de tentar mudar essas realidades.

Decorrente dessa primeira ideia, é fato de que há uma importância muito significativa do conhecimento existente sobre esses fenômenos e como eles ocorrem, para que se possa assim traçar planos e ações no sentido de amenizar os impactos.

Alicerçados nessas duas ideias de *percepção* e *conhecimento* vislumbramos a possibilidade de compreender melhor como os riscos devem ser matéria relevante dentro da política de planejamento urbano.

Sendo assim, os tipos de risco podem ser apresentados sob diferentes formas, entretanto vários autores de maneira geral apresentam os riscos de origens **naturais, sociais, econômicas, tecnológicas**, entre outros que embora apareçam assim classificados, possuem uma forte relação entre si sendo difícil apontar apenas um ou outro como a origem. (CAVALCANTI, 2012. p.50).

Para Reckiegel e Robaina (apud Cavalcanti, 2005, p.52) apresentam uma proposta de classificação ao qual estão associadas três sistemas: **Atmosfera, Geosfera e Biosfera**. Apresentando seus elementos, sendo que a atmosfera envolve temperatura, precipitação e vento, a geosfera contempla água, terra, gelo, terremotos e erupções vulcânicas e a biosfera corresponde as plantas animais e o homem. **Quadro 1.**

QUADRO 1: PROPOSTA DE TIPOS/CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS.

Atmosfera	Temperatura	<ul style="list-style-type: none"> • Ondas de Calor • Geada 	<ul style="list-style-type: none"> • Secas
	Precipitação	<ul style="list-style-type: none"> • Chuvas, granizo, nevadas, nevoeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Temporais e relâmpagos, tufões.
	Vento	<ul style="list-style-type: none"> • Nevascas 	<ul style="list-style-type: none"> • Furacões
Geosfera	Água	<ul style="list-style-type: none"> • Inundações Marinhas e fluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tsunamis, deposição siltica, erosão dos solos.
	Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos de Massa 	<ul style="list-style-type: none"> • Avalanches, deslizamentos, e fluxos de lama.
	Gelo	<ul style="list-style-type: none"> • Icebergs e Avanço dos glaciares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gelo no solo e ternoccarste
	Terremotos	x	x
	Erupções Vulcânicas	x	x
Biosfera	Plantas	Queimadas } Invasões } Epidemias }	
	Animais		
	Homem		

Fonte: Reckiegel e Robaina (apud Cavalcanti, 2005, p.52)

Através desse quadro podemos perceber a existência de várias formas de riscos, e esses perigos configuram nos centros urbanos os riscos, no caso da cidade de Assunção, o que podemos observar é que o fator antrópico ao decorrer dos anos e com o advento da modernidade, modificou os espaços naturais de forma desorganizada, construiu suas edificações locais sem levar em conta as linhas de drenagem e os rios urbanos, pelo fato de esses rios estarem maior parte dos tempos sem água por conta do fator climático.

Essas construções modificaram essas linhas de drenagem trazendo uma série de problemas relacionados às cheias e inundações, é válido ressaltar que as cheias são as principais causas das inundações.

É necessário que entendamos que uma cheia pode não constituir um risco, considerando linearmente a sua definição como sendo um aumento brusco do caudal do rio, mantendo-se dentro dos limites do leito normal.

Já a inundação, sendo considerada transbordo do rio do leito normal para o leito de inundação, constitui por si mesma um risco uma vez que há alagamentos de áreas onde normalmente não existe água. (CAVALCANTI, 2012).

3.1 A CIDADE DE ASSUNÇÃO-PB E OS RISCOS.

A cidade de Assunção como os vários municípios interioranos paraibanos, passa por vários problemas ambientais por falta de políticas públicas efetiva que visem melhorar a qualidade de vida dessas pequenas comunidades que desde cedo em sua configuração trazem aspectos preocupantes no que se diz respeito ao seu planejamento.

As características geográficas de Assunção nos últimos anos tem imposto as sua população riscos ambientais diversos, desde o tratamento do lixo, a poluição pela retirada de minérios, as alterações das linhas de drenagens urbanas até a poluição dos corpos d'água locais.

À medida que a cidade se cresce, os impactos dessas transformações, sejam elas, econômicas, sociais, políticas, refletem de forma contundente as suas feições morfológicas, alguns riscos preexistentes tornam-se maiores e outros riscos inexistentes passam a existir.

E através desse fato deveria de forma imediata ter indicadores relativos aos riscos e trazer em sua legislação documentos oficiais sob o formato de leis que tornasse efetivo o planejamento urbano pautado em critérios de políticas socioambientais.

Infelizmente o que podemos perceber é que a realidade que encontramos é totalmente contrária, pois mesmo que nos últimos anos alguns profissionais locais tenham atentado e alertado o poder público local, sobre os riscos ambientais.

Na cidade de Assunção segundo o **Munic**⁵ a única lei existente é a de respeito às vias públicas, porém sem leis de uso e ocupação de solo, o conselho de vigilância sanitária é totalmente defasado e existente apenas no papel, sem indicação alguma de responsável e forma de atuação descrita.

É necessário atentarmos que grandes partes dos municípios paraibanos são carentes de legislação ambiental e estruturas políticas suscetíveis a essas leis, fazendo com que a imagem de inexistência de problemas de cunho ambiental exista nos pequenos centros urbanos. E por conta dessa imagem de afastamento de realidades políticas e intervenções governamentais os problemas no interior tem se agravado de forma rápida já que não existem leis que regulamentem e organizem esse processo de construção dos espaços urbanos.

Por conta dessa falta de políticas e leis que determinem as construções e organizações espaciais, o município de Assunção tem convivido com inundações em dois pontos específicos da cidade.

Essas áreas de inundações ocorrem especificamente por um único fator, a ação humana sem planejamento algum. A partir dos anos 2000 a cidade vem passando por vários processos de reformulações e transformações em seu espaço urbano.

Essas transformações têm alterado de forma significativa as linhas de drenagem (**Mapa 5.**) e dos rios urbanos, além das impermeabilizações dos solos fazendo com que haja uma redução na percolação de água ocasionando um aumento significativo no escoamento superficial.

Esse escoamento superficial em uma escala mais acentuada provoca a chegada de muito mais água, os bueiros e calhas que fazem a condução dessas águas para fora da zona urbana, havendo assim uma sobrecarga desses pontos de escoamento, gerando pontos de inundações que afetam parte das casas do entorno desses locais. (**Imagens 1 e 2**).

⁵ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. Fonte: IBGE.

Mapa 5: Principais linhas de drenagem da cidade de Assunção-PB.

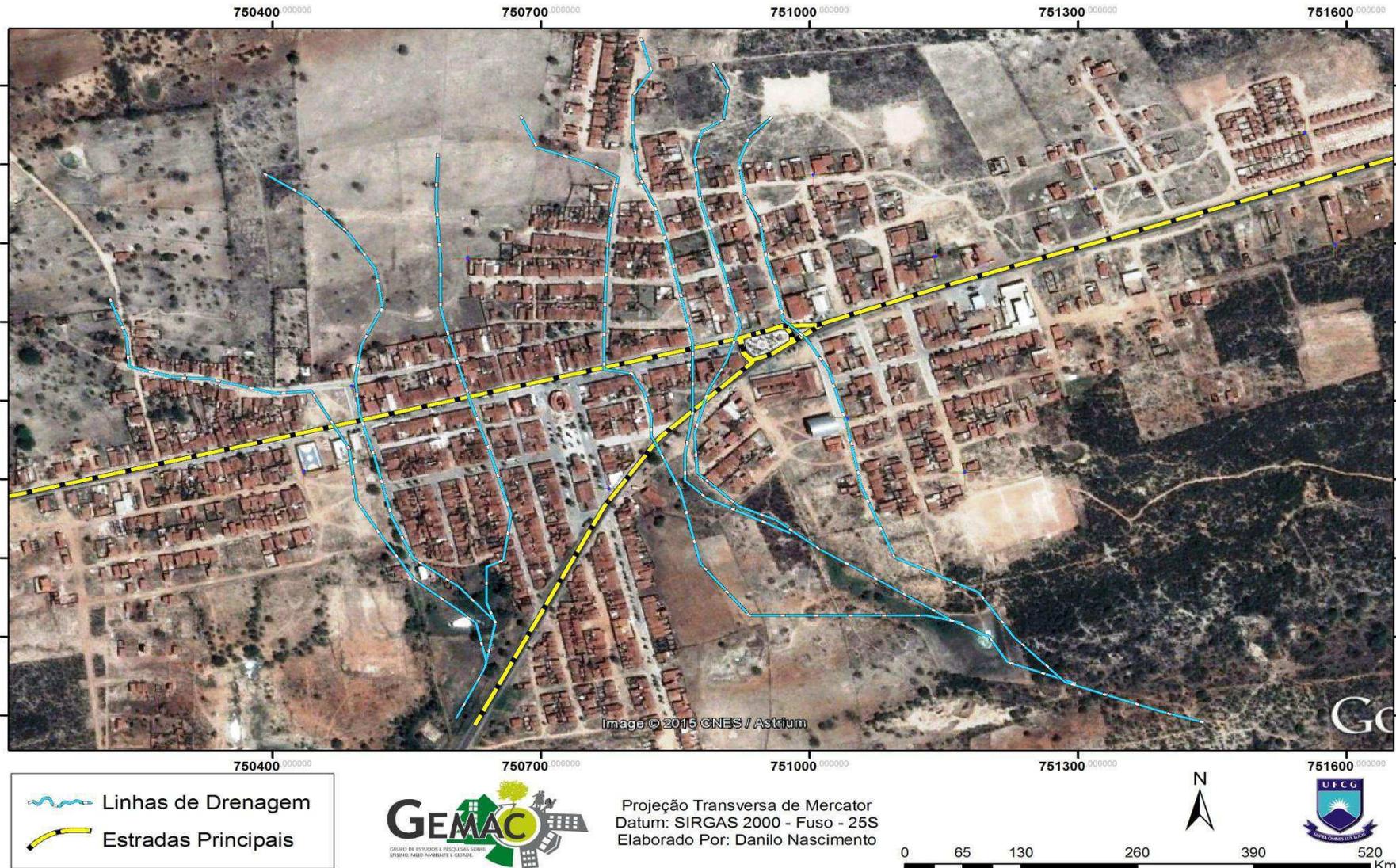




FOTO: Galdino, 2014



FOTO: Galdino, 2014

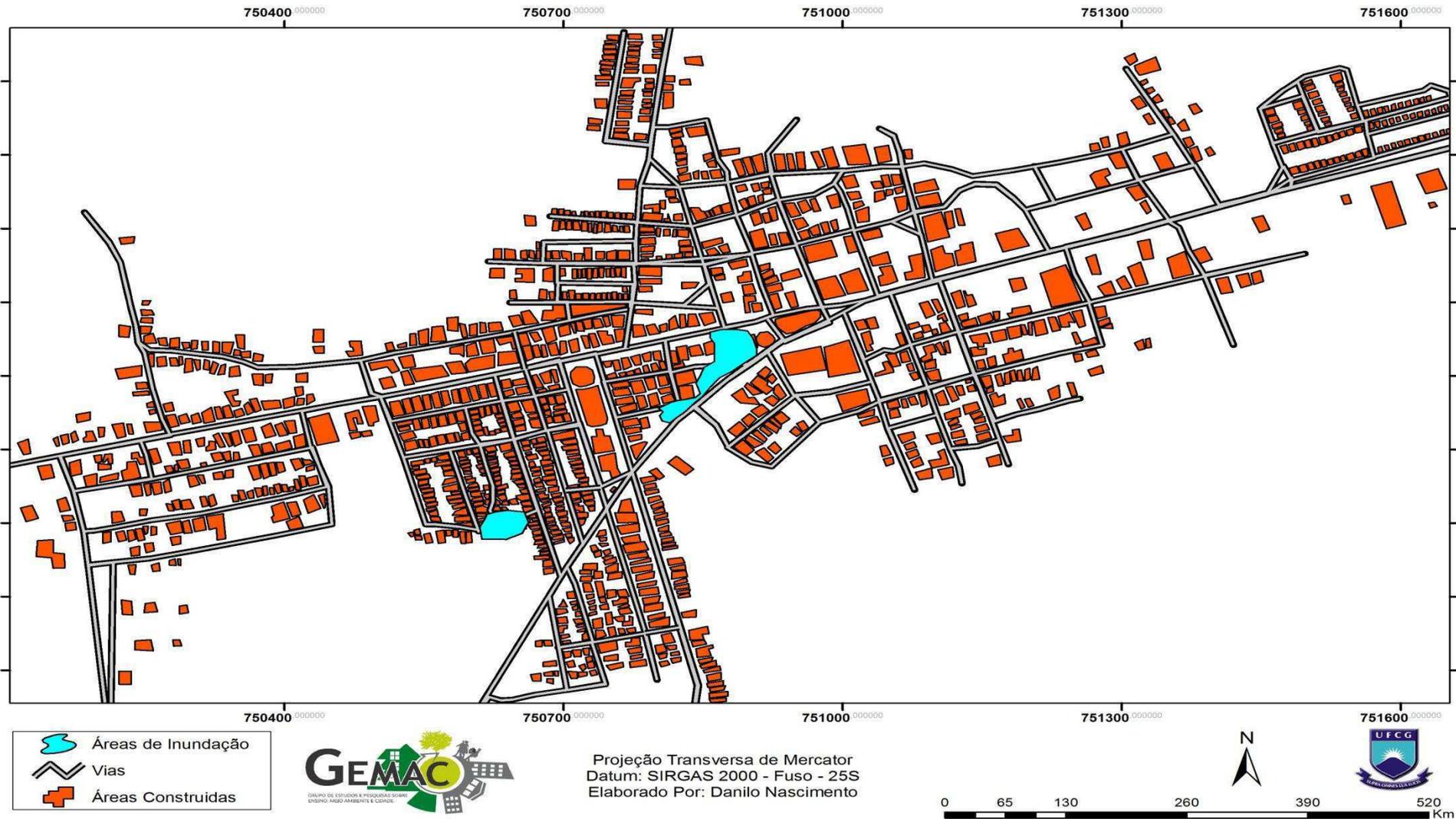
As linhas de drenagem preexistem à ocupação no município de Assunção, porém, ao longo dos anos num processo que iniciou-se desde a década de 1940 essas linhas de drenagem vem sofrendo alterações.

O fato é que nos últimos 10 anos com o aumento significativo na área urbana do município, as alterações e a falta de planejamento a cerca dos elementos naturais foram deixados de lado, e alguns problemas começaram a surgir.

A cidade possui uma rede de esgotamento muito singela, cobrindo apenas pouco mais de 20% de todo o perímetro urbano, não existe nenhum mecanismo de escoamento superficial das águas, mostrando a falta e necessidade de políticas publicas voltadas a estruturação urbana.

É válido salientar que o grande responsável por 90% desses problemas na cidade é o próprio poder público local, que tem realizado algumas obras sem o devido planejamento, aumentando significativamente os problemas ambientais preexistentes. (**Mapa 6**).

Mapa 6: Áreas de Inundações do Município de Assunção-PB



Essas áreas de inundação acontecem especificamente por três motivos principais. O primeiro deles é a construção de uma rede de calçamentos sem levar em conta as linhas de drenagem e os caminhos preexistentes feitos pela água.

Esses calçamentos localizam-se na parte mais alta da cidade, diminuindo a percolação de parte dessa água, fazendo que haja um aumento no escoamento superficial, que ganha velocidade pelo fato dessa cobertura artificial reduzir o atrito da água com o solo, que escorre sem um direcionamento correto acumulando-se na parte mais baixa da cidade, acaba por receber essas águas que se acumulam gerando as inundações. **(Imagens 3 e 4).**

Outro fato agravante é o aterro de dois pequenos lagos existente na área urbana, que serviam com controlador do fluxo de água durante os períodos chuvosos, toda a água que acumulava-se agora é direcionada a calha principal de um pequeno córrego dentro da cidade que por sua vez fica sobrecarregado pela quantidade de água, contribuindo e muito para o agravamento do problema.

Outro fator corresponde à construção de um prédio justamente sobre um ponto de encontro e escoamento dessas águas, deixando um pequeno espaço por baixo desse prédio para a realização do escoamento dessas águas.

Junto com a construção de outro calçamento que elevou o nível do terreno sem planejamento algum e sem levar em conta os períodos chuvosos essa obra encontra-se na parte posterior a obstrução da linha de drenagem posterior ao prédio.

Isso mostra como a falta de políticas públicas e leis na cidade podem ser prejudiciais as coexistências dos espaços naturais e urbanos, o poder publico tem total responsabilidade na prevenção, conscientização e ação mediante as questões ambientais.

FOTO 3 E 4: ÁREA DE INUNDAÇÃO (BAIRRO JOANA MARIA DA CONCEÇÃO – PERIFERIA



FOTO: Araújo, 2014



FOTO: Araújo, 2014

4. O DÉFICIT – O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE ASSUNÇÃO

Com o passar dos anos e com o aumento relevante da população mundial, o consumo de água tem aumentado significativamente, e com esse aumento vários problemas começam a surgir. Segundo o Atlas da Água de Robin Clarke e Janet King publicado em 2005, o planeta dispõe de 1,386 bilhão de km³ de água, aproximadamente.

Sendo que 97,5% dessa água é salgada e encontrasse distribuída entre oceanos, mares, lagos salgados, e aquíferos salinos, e 2,5% são de água doce, porém apenas pouco mais de dois terços encontram-se indisponíveis ao consumo humano, por encontrarem-se contidos em geleiras, neve, e solos congelados.

E de toda água doce que supostamente temos “disponível” para o consumo, apenas uma quantidade pequena é encontrada em nossa superfície distribuída em zonas úmidas, lagos, rios, solos, no ar em plantas e animais, e todo o resto encontramos armazenados em aquíferos.

Todavia, a água que se encontra armazenada no solo pareça ser uma válvula de escape para o problema do abastecimento, deve-se levar em consideração que essa água é produto da percolação de milhões de anos, e tem sido cada vez mais frequente a retirada dessa água, não dando tempo para que as reservas naturais se recomponham.

Em algumas cidades no cariri paraibano é possível encontrar a perfuração de poços como contra partida aos problemas enfrentados nos períodos de estiagem. No entanto, geralmente essa iniciativa não é bem sucedida, pois a água encontrada na maioria das vezes é salobra pelo fato de ter estado em contato durante muito tempo com alguns minerais ferrosos e salinos tornando o uso inviável dessas águas (JATOBÁ, LINS, 2003, p.55)

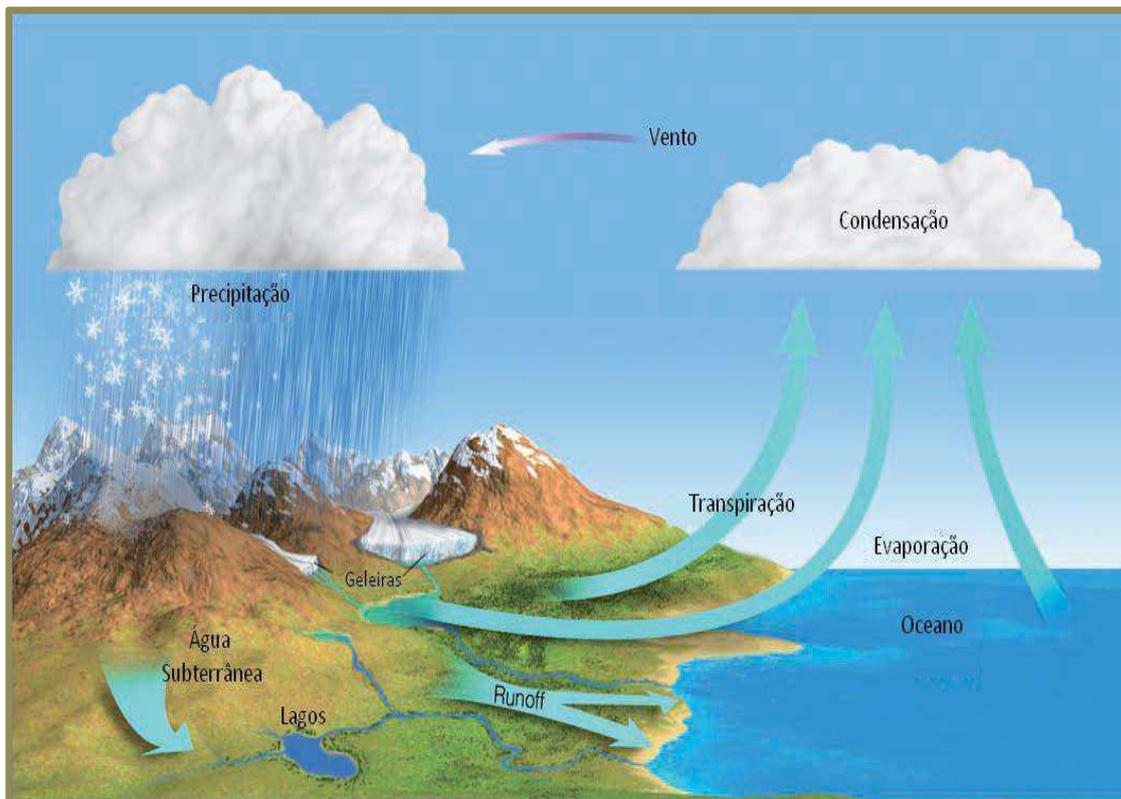
Além de se ter uma pequena vazão de água por poços, pelo fato de o cariri paraibano estar situado no planalto da Borborema que tem sua formação geológica de base cristalina datada do início do período Pré-Cambriano, tendo como características erosivas o intemperismo físico pela baixa regularidade hídrica, ocasionando a presença de solos rasos com baixa sedimentação e dificultando a percolação de água no solo.

Sendo assim há um acréscimo no escoamento superficial nos períodos sazonais de chuva, e toda água alocada no interior desses solos encontram-se em baixas quantidades em fissuras de rochas produtos dos movimentos tectônicos em tempos remotos.

Já na superfície terrestre, as águas estão sempre em movimento, o calor do sol aquece as águas da terra e do oceano fazendo com que evaporem, e na atmosfera o vapor condensa-se e formam gotas de chuva, formando assim as nuvens. JATOBÁ & LINS (2003, P.77). Damos nome a esse processo de ciclo hidrológico.

O ciclo hidrológico (**Figura 1**) em escala global encontra-se fechado, havendo evaporação, condensação e precipitação, não havendo perda de água, garantindo assim o equilíbrio, já em escala local ele apresenta-se de forma aberta, ou seja, boa parte da água que evapora perde-se na atmosfera dando assim algumas características a certas áreas do globo.

FIGURA 1: CICLO HIDROLÓGICO



Fonte: www.meteoropole.com.br

No cariri paraibano, podemos perceber de forma efetiva o funcionamento desse mecanismo, sendo que a temperatura alta faz com que os pequenos corpos 'água tais como, açudes, barreiros, cisternas abertas, tenham uma perda significativa de água por dia através da evaporação.

A nossa sobrevivência está intimamente ligada a esse processo, pois a água evapora dos oceanos, cai na terra alimenta os rios, molha o solo, refaz os aquíferos, dando assim de forma renovável os suprimentos naturais de água doce que dependemos.

No entanto, a garantia da qualidade de nossos recursos hídricos, está fortemente ligada as políticas públicas e gestão, garantir a qualidade e acesso de toda a população a água é de total responsabilidade dos governos, seja por (Canalização, cisternas, irrigações, transporte, etc.).

A importância desse recurso para as sociedades é um fator relevante para a garantia a seu acesso, infelizmente, hoje no Brasil vivenciamos um quadro crítico em nossas políticas de gestão de mananciais e abastecimento.

A água é um fator extremamente necessário para a manutenção da boa saúde pública através de políticas bem implementadas executadas por programas e projetos de desenvolvimento, em contra partida a esse pressuposto, o Brasil não atende as necessidades hídricas e não se tem grandes investimentos principalmente em infraestrutura de municípios interioranos de pouco adensamento populacional.

Porém é valido ressaltar que na ultima década, houve um aumento significativo, mas não satisfatório na oferta e demanda de serviços ligados ao saneamento básico, e essas mudanças são produtos do legislativo na criação de políticas públicas no formato de leis voltadas especificamente para a promoção e melhorias na gestão dos recursos hídricos.

As Diretrizes Nacionais definidas para o Saneamento Básico e Política Federal de Saneamento Básico estabelece alguns princípios fundamentais para a realização de serviços públicos sob a Lei nº11. 445, de 05/01/2007, no 2º dizem que:

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - **Saneamento básico**: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) **Abastecimento de água potável**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

Infelizmente, é notória a enorme contradição entre a teoria e prática na execução de leis a cerca do Marco Regulatório do Saneamento, pois as cidades brasileiras convivem com realidades totalmente adversas, ao regimento proposto, pois a falta de saneamento de forma estruturam são de péssimas condições e muita das vezes inexistente.

E no que se diz respeito ao abastecimento de água, a escassez pela falta de execução de políticas públicas é o reflexo da má gerencia dos recursos hídricos tanto nos espaços urbanos, quanto nos espaços rurais. O Marco Regulatório do Saneamento prevê ainda:

b) **Esgotamento sanitário**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) **Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

Por isso é necessário que o saneamento seja visto antes de qualquer coisa como um problema grave de saúde pública, e que a falta de gestão tem sido o principal fator agravador dos problemas ambientais na cidade, sendo necessário que haja uma nova discussão a cerca do Marco Regulatório do Saneamento e

como o poder público pode efetivar a aplicabilidade dessa lei garantindo os direitos previstos a todos os cidadãos.

4.1 A VELHA HISTÓRIA OU A HISTÓRIA QUE É VELHA? A INDÚSTRIA DA SECA E O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

As regiões de clima semiárido, em linhas gerais, caracterizam-se pela deficiência hídrica, recorrente pela irregularidade de precipitações e pela presença em sua maioria de solos pobres em material orgânico.

É, especificamente, caracterizada pela ocorrência do bioma da caatinga, possuindo como uma de suas principais características os prolongados períodos de estiagem com médias que variam entre 500 a 800 mm. No Semiárido as precipitações são irregulares, sendo assim, o que realmente caracteriza as estiagens não é o baixo volume de chuvas caídas e sim a sua distribuição no tempo. (AESAs 2015)

Outro fator natural que exerce profunda influência nas características climáticas do semiárido nordestino é a proximidade a linha do equador, pelo fato de que as baixas altitudes submetem a região a temperaturas elevadas (média de 26°C), número também elevado de horas de sol por ano (estimado em cerca de 3.000) e índices acentuados de evapotranspiração, devido à incidência perpendicular dos raios solares sobre a superfície do solo (o Semiárido evapotranspira, em média, cerca de 2.000 mm/ano, e em algumas regiões a evapotranspiração pode atingir cerca de 7 mm/dia).

Ou seja, a região possui um déficit hídrico muito acentuado, tendo às taxas de evaporação superior a taxa de precipitação. O clima do Nordeste também sofre a influência de outros fenômenos, tais como: El Niño, que interfere principalmente no bloqueio das frentes frias vindas do sul do país, impedindo a instabilidade condicional na região, e a formação do dipolo térmico atlântico, caracterizado pelas variações de temperaturas do oceano Atlântico, variações estas favoráveis às chuvas no Nordeste, quando a temperatura do Atlântico sul está mais elevada do que aquela do Atlântico norte.

É válido ressaltar que apesar de todas essas características aqui apresentadas, que o semiárido nordestino apresenta disparidades gritantes,

existindo locais que em sua configuração apresentam um grande potencial de recursos hídricos e outros que sofrem durante vários períodos com a estiagem.

É necessário refletir acerca de um a problemática ainda mais ampla, pode-se afirmar que o semiárido nordestino, em comparação as demais regiões de mesma configuração climática, é o que tem maiores índices de precipitações e a estiagem é um fenômeno ditado totalmente por características naturais, nos revela então que o problema da falta de água não é proveniente da escassez de chuvas.

Restando apenas o caráter político, que torna-se o principal causador da falta de água no nordeste brasileiro, a má gestão ou a falta dela tem sido o principal responsável pela seca que castiga a região semiárida, sendo necessário que medidas eficientes e uma gestão plena para a resolução dessa questão.

Hoje a *indústria da seca*⁶ movimenta milhões, que todo ano vão pelo ralo dos cofres públicos no intuito de “mitigar” os efeitos da estiagem. A postura dos governos é de apenas remediar os problemas recorrentes. Sabe-se que a estiagem está presente na história do Nordeste desde os tempos mais remotos, sabe-se que todo ano teremos períodos menos chuvosos, sabe-se que em um regime de a cada 10 anos teremos eventos climáticos como EL NIÑO, aumentando esporadicamente os períodos secos. (JATOBÁ, LINS, 2003, p.78)

Então porque não se pensar em políticas de abastecimento que realmente funcionem? O fator capital é o que tem ditado e feito crescer nos últimos anos a indústria da seca, programas como os dos carros pipas que remediam o problema, por determinado momento favorecem apenas a uma minúscula parte da sociedade.

Sendo que na grande e esmagadora maioria das vezes os carros pipas pertencem a empresários e latifundiários que financiam campanhas políticas desses gestores. Que usam da máquina pública como fundo de campanha. Mediante aos problemas que aparecem anualmente durante os períodos de estiagem Andrighetti (1998, p.7) explica que:

“Não se podem negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca. Quando ela

⁶ A *Indústria da Seca* é um termo criado nos anos 1950 pelo jornalista Antônio Callado.

ocorre, o sertanejo observa, impotente, sua lavoura morrer, seu gado minguar, os pequenos rios secarem, ocasião em que sua “Tragédia” é exibida para todo Brasil e até mesmo para outros países pelos meios de comunicação (...) O poder público, então, se manifesta anunciando, nos mesmos órgãos de imprensa, medidas que serão tomadas para combater a seca, projetos que serão executados a médio e longo prazos e a liberação de verbas (...) A cada nova catástrofe, a cada nova “Calamidade pública” esse procedimento se repete. Mas essas medidas não solucionam o problema. Na próxima seca prolongada tudo será igual ou pior, dependendo de sua intensidade ou duração.”

Sob essas afirmações podemos entender de que forma a política governamental lida com os problemas da estiagem, operando sempre de maneira emergencial, sendo que esse fenômeno é cíclico e que poderia ser resolvido com um planejamento de longo prazo. Porém se resolvido for, muita gente deixaria de lucrar, e lucrar muito. Andrighetti (1998, p.45) afirma que: “Não há mistério na seca, os governos é quem se previnem antes, apenas para usá-la com interesses eleitoreiros”.

Mediante ao que foi debatido, podemos afirmar que solução emergencial, antes de qualquer coisa corresponde a solução política, fato esse que trabalharemos de forma mais categórica no próximo sub tópico. No entanto podemos afirmar que hoje a indústria da seca movimenta milhões em toda região semiárida, e as praticas recorrentes de gastos com políticas imediatistas ocupam todas as esferas do poder. ANDRIGHETTI (1998).

Governos federal, estadual e municipal, partem da mesma lógica, em períodos de altas crises hídricas, quando grande parte da população pobre sem ter de onde retirar seu sustento, a água chega e é recebida com enorme contentamento pela população local que não se esquece do “favor” recebido daquelas autoridades, os aplaudindo e posteriormente retribuindo com o voto.

E a cada mandato, cada acordo, novas configurações tomam formas nas relações e diálogos entre as esferas governamentais em prol de movimentar a grande roda capital da indústria da seca, com novos tipos de políticas.

Podemos perceber essa evolução se atentarmos para os fatores históricos em que estamos inseridos. Desde a ditadura militar convivemos com

certos tipos de políticas imediatistas, com a abertura de estradas, criação de pequenas cedez municipais, distribuição de água em carros pipa, perfuração de poços (sempre em grandes latifúndios) distribuição de cestas básicas, tudo isso apenas nos períodos de estiagem.

E no próximo ano, tudo se repete novamente, e com o passar dos anos essas políticas se refinam e moldam-se aos governos subsequentes, que persistem nessas mesmas práticas, investindo muito, colhendo votos, fortalecendo e ampliando os seus currais eleitorais, visando o povo como mercadoria, e a água como moeda de troca.

Contudo, é necessário que cumpramos nosso papel como acadêmicos, levando debates como esses a toda população, pensando o seguinte: “Se os governos afirmam não terem dinheiro para custear obras que solucionem esses problemas, sob um planejamento de longo prazo, de onde vem tanto capital que financia a aplicação dessas resoluções imediatas?”.

É necessário que haja uma politização de toda sociedade quanto às políticas públicas e suas aplicações, é fato que nos últimos anos tenha-se melhorado de forma significativa algumas políticas de combate à seca, porém ainda estamos longe, bem longe de expurgamos definitivamente a essa indústria que lucra, e lucra muito as custas de um problema que o ele mesmo cria ao negligenciar sua própria atuação de forma efetiva, visando apenas a garantia de mais quatro anos de governo.

4.2 “NOVAS EMBALAGENS PARA ANTIGOS INTERESSES”: O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ASSUNÇÃO

Ao vermos a discussão apresentada no capítulo 3, chegamos a um ponto contraditório nas políticas públicas e gestão da cidade de Assunção passa por dois problemas peculiares em relação à água, em regimes sazonais enfrenta problemas relacionados às inundações em dois pontos específicos em sua malha urbana, recorrentes da má forma de ocupação do solo e obstrução dos rios na cidade. E outro problema relacionado à falta de água durante todo o resto do ano.

Nesse caso, um dos grandes problemas enfrentados na cidade de Assunção é o sistema de saneamento básico. O serviço de abastecimento de água é totalmente comprometido, tendo em vista não há distribuição por encanamento residencial, restando apenas o abastecimento por carros pipa, poços artesianos, açudes e chafariz, para suprir a um número de 2.846 consumidores na zona urbana. (IBGE 2010)

Com base nisso, trazemos à tona a seguinte reflexão, o que leva uma cidade de 3.552 habitantes, sofrer com inundações em alguns períodos do ano e ter tantos problemas gerados pela falta de água? A resposta é bem simples e categórica, a falta de políticas públicas e má gestão, são os principais motivadores e produtores de tais problemas.

A cidade de Assunção desde sua fundação possui um histórico de problemas que são motivados pela ausência de políticas públicas desde os primeiros governos, sempre sendo vista como curral eleitoral, sofre com promessas e péssimas obras públicas.

Quando a cidade era apenas distrito, já se ouvia falar em algumas promessas de pavimentação das ruas e a chegada da água encanada, e sob essas promessas eleições e mais eleições aconteceram, governantes chegaram ao poder, saíram dele e nada foi feito.

Um exemplo marcante desse momento aconteceu justamente no início do primeiro mandato do ex-governador Cassio Cunha Lima no ano de 2003, que utilizou-se da fragilidade da população em relação ao abastecimento e saneamento, para retomar os debates a cerca da água, apresentando a primeira emenda parlamentar que faria a ampliação do sistema adutor de águas Mãe d'água – Coremas.

Porém, sendo engavetado até o final de seu mandato em 2006. Com os problemas político-administrativos de sua segunda gestão em 2007 ano em que teve seu mandato cassado judicialmente e uma nova conjuntura política passava assumia o cargo de chefia do estado.

E a postura política-governamental do novo governo se restringia na gerencia e criação de mananciais para grandes áreas que englobassem mais cidades no Agreste e Litoral Paraibano.

Postura essa que é característica do governo do estado, tanto em seu contexto histórico quanto atual, desenvolvendo políticas voltadas aos grandes

enclaves regionais, e currais eleitorais, sempre deixando de lado grande parte do cariri e sertão paraibano.

No entanto, no ano de 2014 foi inaugurada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho a primeira fase do sistema de adutoras Coremas, Mãe D'água (**Imagens 5 e 6**) de distribuição de águas na cidade advindas do município de Coremas. Na fase inicial a infraestrutura urbana não dispõe de mecanismos que possibilitem a instalação de sistemas de distribuição de águas na cidade.

IMAGEM 5: Sistema de armazenamento e distribuição. (Zona urbana do município de Salgadinho-PB)



Foto: Santos, 2015.

IMAGEM 6: SISTEMA DE ELEVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO. (TRECHO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ASSUNÇÃO-PB E SALGADINHO-PB, ZONA RURAL.)



Foto: Santos 2015.

Por conta da falta de estrutura e planejamento urbano, o sistema de abastecimento conta com estruturas rudimentares de um chafariz público⁷ (**Imagem 7**) e uma caixa d'água recentemente (**Imagem 8**) recuperada pela CAGEPA para suprir a necessidade de armazenamento e distribuição de água e carros pipas.

O tratamento desse chafariz antes de se integrado ao sistema adutor, a prefeitura municipal, que realizava um simples trabalho de tratamento, de forma rudimentar prestando um trabalho de péssima qualidade no manejo e tratamento dessas águas.

⁷ O Chafariz Público foi inaugurado ainda na década de 1970, as águas que o abastecem, vem de um olho d'água da Serra da Viração localizado no município de Salgadinho-PB, e do açude Manoel Marcionílio localizado no município de Taperoá.

Hoje continua sendo de responsabilidade da prefeitura, sendo que o tratamento dessa água é feito pelas estações de tratamento, tornando o chafariz em apenas ponto de distribuição.

Com a integração do sistema adutor ao chafariz publico, carros pipa retiram à água que chega gratuitamente par toda a população e vendem esse serviço de abastecimento, é nesse exato momento em que percebemos uma “nova embalagem” feita pelo governo estadual, para os “antigos interesses” de não fornecer o serviço completo para a população.

Dando apenas uma nova roupagem a politica imediatista governamental. Um fato curioso para que devemos atentar é que os carros pipas que comercializam a água dentro da cidade já recebem financiamento por parte do governo, pois os mesmos estão cadastrados no programa Operação Pipa executado pelo exercito. **(Imagem 7).**

IMAGEM 7: CHAFARIZ



Foto: Santos 2015.

Ou seja, pipeiros recebem dinheiro para realizarem o serviço de abastecimento ao mesmo momento cobram da população e utilizam o bem que

em tese deve ser garantido a todos segundo o Marco Regulatório do Saneamento básico.

É válido ressaltar que na zona rural esses mesmos programas de abastecimentos executados pelo governo federal através do exercito fazem o abastecimento semanal regular. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTOS/PMA, 2015).

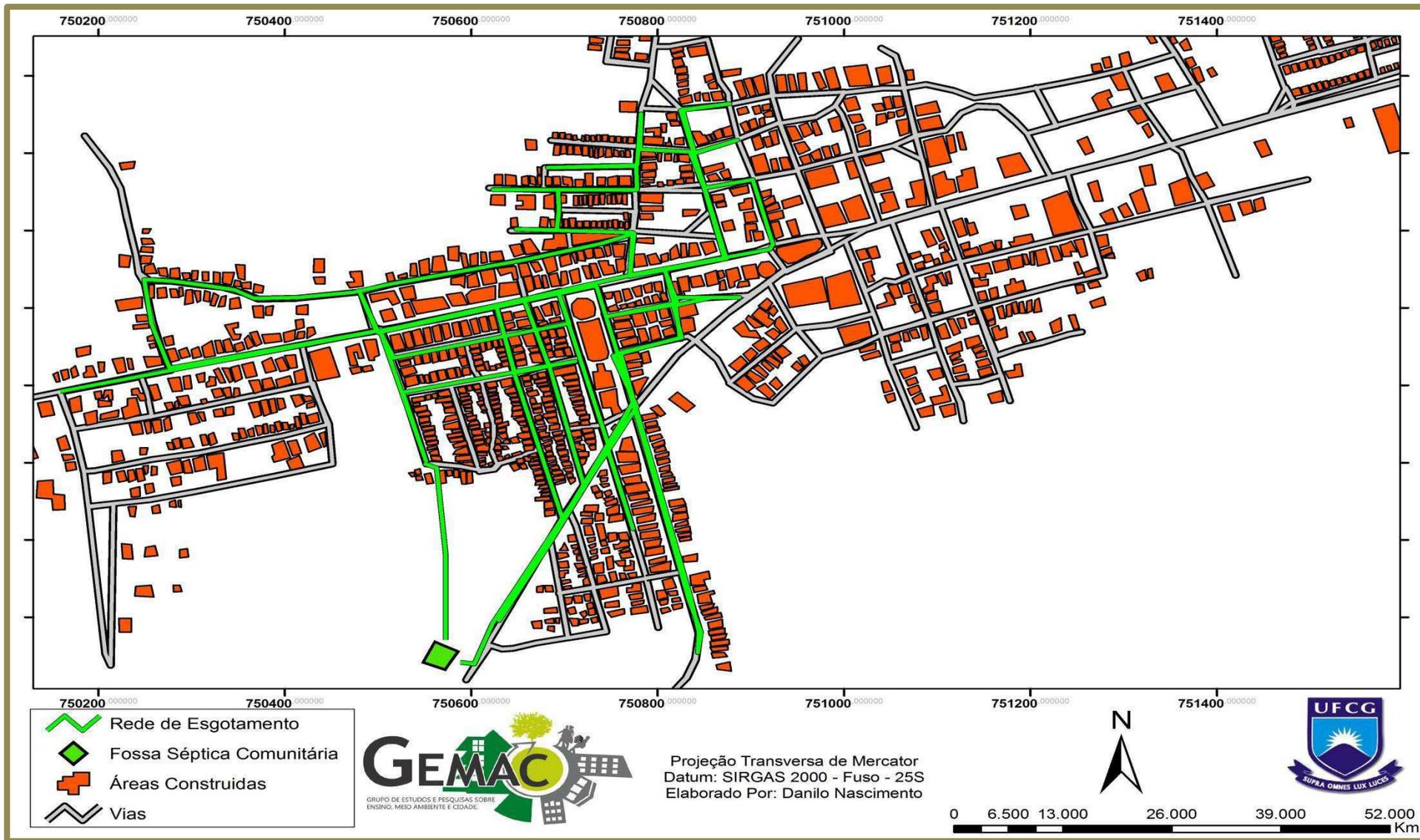
IMAGEM 8: CAIXA D'ÁGUA



Foto: Santos 2015.

Apesar de todos esses problemas, é fato que houve um avanço significativo no abastecimento local. A rede de esgotamento sanitário e limpeza urbana desde sua coleta até o seu destino final é de responsabilidade da prefeitura municipal, o esgotamento da cidade tem encanamento em algumas ruas, e o seu destino final fica fora da cidade em uma fossa séptica **Mapa 7**, construída em 2002 na gestão do ex-prefeito Antônio Martiniano dos Santos, Antes disso o esgoto em seu destino final corria a céu aberto.

MAPA 7: REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO



4.3 “POVO MARCADO, POVO FELIZ” A POPULAÇÃO ASSUNÇÃOENSE E O ESTIGMA DA SECA

A população assunçãoense desde o início de sua história traz consigo o estigma da falta de água, sendo condicionada a buscar alternativas para conviver com esse problema. Ao fazermos uma breve reflexão sobre toda a trajetória de fundação e estruturação da cidade ainda na década de 1940, podemos perceber que a falta d'água já se fazia presente de forma muito contundente.

Porém, desde cedo o cidadão assunçãoense tem aprendido a conviver com essa falta de água, e com a falta de políticas públicas restando apenas à opção de ter de buscar armazenamentos por cisternas, carros pipa, utilização de água da chuva, poços artesianos e entre outros mecanismos que os auxiliem no árduo desafio de suprir suas necessidades.

É um ato gritante que não só em Assunção, mas sim em todas as cidades que passem por problemas sejam eles quais quer que sejam, quem mais sofre e sente os impactos dessa má gestão e esquecimento por parte do poder público, são as camadas mais carentes.

Que são utilizadas apenas como moeda e fonte de renda pelos políticos, que todos anos de estiagem aproveitam-se para lucrar, e lucrar muito através da miséria de um povo, no contexto local, podemos afirmar que isso acontece constantemente.

Há um aproveitamento de alguns projetos do governo por parte dos gestores locais que utilizam esses projetos como se fossem “favores” a sociedade assunçãoense, que por sua vez encontra-se condicionado a uma situação difícil, gerada pela falta de oportunidade e de autonomia econômica. Para Andrighetti (1998, p.41): “O trabalhador continua pobre e dependente, mas vota. O flagelado representa um trabalhador barato e um eleitor que recebe “favores”, “ajuda” do prefeito e dele se lembra nas eleições”.

Sendo assim podemos perceber que o que acontece em Assunção, não acontece diferente em outros municípios interioranos, tudo então aponta para a conclusão de que a seca não é apenas um simples fenômeno natural. Ela

também é cultural, faz parte na cultura do privilégio, sendo sempre utilizada por políticos, latifundiários, fazendeiros para a obtenção de vantagens pessoais. ANDRIGHETTI (1998).

Mesmo sofrendo com todos esses problemas a população assunçãoense continua lutando com as adversidades e com a falta de políticas públicas tem se mantido de pé como todo o povo Caririzeiro.

Sobrevivendo todos esses anos, com a falta d'água, sem tirar de seus rostos o sorriso e a garra de ser Caririzeiro, marcado estigmatizado, sofrido, porém forte, dando identidade e criando uma cultura própria que traz em seus traçados histórias dessa luta criada pela ineficiência na execução de políticas públicas. De veras um povo marcado, mas um povo feliz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas ou a falta delas tem fundamental importância na organização e manutenção dos espaços urbanos, na cidade de Assunção ao decorrer desse trabalho pudemos perceber como o déficit no planejamento urbano condicionou a cidade a dois problemas peculiares.

Através dos mapeamentos realizados foi possível identificar como a desorganização espacial da cidade afetou significativamente suas linhas de drenagem nos últimos anos, dificultando o escoamento dos riachos em sua área urbana, possibilitando em alguns problemas relacionados ao escoamento superficial, em seu ponto máximo o surgimento de duas áreas de inundações nos períodos mais chuvosos no município. Um localizado área central da cidade, e outro na periferia.

E através da análise de dados e observações de campo foi possível perceber como o déficit no planejamento urbano foi possível e a não efetivação de leis que regulamentem o acesso à água potável, fazem com que a cidade desde a década de 1940 sofra com a falta de água durante todo o ano. Ao analisar dados disponibilizados pela AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba. E pela CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Foi possível perceber que o poder público em todas as suas esferas a é responsável pelo agravamento dos problemas recorrentes no município de Assunção.

Todos esses fatos explicam os problemas que Assunção vem enfrentando nos últimos anos. E a alternativa para que esses problemas sejam amenizados é que haja uma reorganização nas políticas locais, com leis de cunho socioambiental.

Organizando os conselhos de vigilância sanitária e ambiental havendo políticas de prevenção nas escolas, levando os debates dos problemas a todas as camadas da sociedade.

E inserindo os problemas ambientais dentro do orçamento da cidade como fator importante, e que durante a votação do orçamento participativo seja traçado um plano de metas e execução, havendo um planejamento em conjunto entre, poder público e sociedade.

Melhorando assim a qualidade de vida dos moradores locais garantido o direito ao saneamento básico e água potável, e amenizando na malha urbana os problemas de inundação que nos dias atuais são os principais problemas que mitigam a cidade de forma contundente.

Desse modo a efetivação de políticas públicas voltadas a lei de uso e ocupação do solo tanto quanto as Diretrizes Nacionais definidas para o Saneamento Básico e Política Federal de Saneamento Básico, são os principais mecanismos políticos-administrativos para gerencia dos problemas na cidade trazendo qualidade de vida a sua população.

REFERENCIAS:

AESA. *Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba. Governo do Estado da Paraíba*. João Pessoa-PB: AESA, 2006.89p.

AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. **Paulo Afonso e o Desenvolvimento Regional**. Campina Grande-PB: EDUFCG, 2011. 110p.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006 . (Coleção Outras Histórias nº2). 257p.

ANDRIGHETTI, Yná. **Nordeste, Mito e Realidade**. São Paulo: Moderna, 2000.

BRASIL/MIN. Ministério da Integração Nacional. **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Brasília-DF: 2005.

BRASIL. Lei nº11.445/2007. **Marco Regulatório do Saneamento Básico**. Brasília – DF. MS, 2007.

CARVALHO, L. E. P. **Os Descaminhos das Águas no Recife: A Socionatureza dos rios urbanos**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Geografia. Recife, 2011.

CAVALCANTI, R. M. S. **Indicadores Geomorfológicos, Riscos e o Planejamento Urbano – Uma Apreciação Teórico Integradora Para A Cidade do Recife-PE**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Geografia. Recife, 2012.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As Bodegas de Campina Grande: Dinâmicas sócio espaciais do pequeno comércio**. Campina Grande, EDUFCG, 2011. 120p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Malha digital dos Municípios do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2010.

JATOBÁ, Lucivânio, LINS, Rachel Caldas. **Introdução a Geomorfologia**. 4. Ed. Revista ampliada. Recife: Bagaço, 2003. 166.: il.

MELO, A. C. **Análise Físico Ambiental do Assentamento Patativa do Assaré – Patos/PB**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande-PB: UFCG 2011. 149p.

ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Lobato Roberto (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 224p.

SECRETARIA DE SAÚDE/PMA. *Secretaria de Saúde. Prefeitura Municipal de Assunção*, Assunção-PB, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SANTOS, Danilo Antônio Nascimento. **Assunção Paraíba: Escrevendo Uma Nova História**. Campina Grande: Marconne, 2013. p.233-241.

SUDENE. Superintendência do desenvolvimento do Nordeste, **Folha Juazeirinho – Paraíba**. SB. 24-Z-D-II. (Mapa Topográfico. Escala 1: 100.000). Recife-PE/; SUDENE 1970.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. (Tradução de Lívia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.